UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE

FLAVIA PASCOAL RAMOS

ACEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Salvador
2015

FLAVIA PASCOAL RAMOS

ACEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Ligia Amparo da Silva Santos

Salvador
2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde,

SIBI - UFBA.

R175 Ramos, Flavia Pascoal

Acepções e Práticas de Educação Alimentar e Nutricional no Âmbito Escolar. / Flavia Pascoal Ramos – Salvador, 2015.

106f.

Orientadora: ProfªDrª Ligia Amparo da Silva Santos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Nutrição, 2015.

1. Alimentação. 2. Alimentação Escolar. 3. Nutricionistas. 4. Educação em Saúde. I. Santos, Ligia Amparo da Silva. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU 612.3

FLAVIA PASCOAL RAMOS

ACEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 27 de Março de 2015.

Ligia Amparo da Silva Santos – Orientadora _____
Doutora em Ciências Sociais com concentração em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Universidade Federal da Bahia.

Sandra Maria Chaves dos Santos _____
Doutora em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal da Bahia.

Micheli Dantas Soares _____
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho _____
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade (Paulo Freire).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por renovar minhas energias constantemente e por ser minha fortaleza.

Aos meus queridos pais Francisco e Raimunda de onde vem minha motivação de ser melhor a cada dia. Amo-os incondicionalmente!

Aos meus amados irmãosFlamário eRailane por todo companheirismo, compreensão e amor que a mim dedicam, a recíproca é extremamente verdadeira.E a minha querida cunhada, Arlete, pela atenção e inclusive pelas contribuições.

A minha orientadora Profa. Dra. Ligia Amparo, que com muita serenidade e sabedoria conduziu esse processo de orientação e, acima de tudo pela confiança que depositou neste trabalho. Muito obrigada pela acolhida e por compartilhar seus conhecimentos e experiências de maneira singular ao longo destes anos.

As professoras Sandra Chaves, Micheli Soares e Maria Cláudia Carvalho por terem aceitado o convite e pelas contribuições a este trabalho.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura – NEPAC pela oportunidade de vivenciar a nutrição de uma forma ampla e a todos seus integrantes. Em especial, aos amigos que constitui neste espaço, a Amélia Reis pela partilha do aprendizado e dos desafios, sua alegria de viver é contagiante! A Débora Porcino pela eterna parceria e disponibilidade mesmo nos momentos adversos, aIane Freitas pelo companheirismo e compreensão, essa é sua marca registrada! A Alessandra Santiago por dividir os desafios e vivências destes dois anos e,a Deborah Leão amiga desde a graduação, com quem partilhei mais intimamente os desafios desta construção e que muito contribuiu com seu apoio e atenção, muito obrigada!

AosPIBICs Diego Marinho eIânuaCoelicom quem pude também aprender mais. As colegas PET-Nutrição Juliana Dias, Dandara Oliveira, AngélicaPeretti e Ana Carla,

agora as também nutricionistas Indira Ramos, Luiza Cavalcanti, Taís Queiroz, Priscila Teles e Talita Silva.

A todos do CECANE-UFBA pela experiência única que foi partilhar dos desafios da alimentação escolar. Agradeço em especial a Profa. Lílian Ramos e Profa. Maria do Carmo Freitas pelos ensinamentos. E também aRaimundo Manoel, Mércia Barreto, Soraia Miranda e Ide Mascarenhas pelo companheirismo.

As amigas queridas Vanúbia e Thamiris pela eterna parceria e a todos os meus amigos pela compreensão nos momentos de ausências.

Aos nutricionistas entrevistados deste estudo, pela disponibilidade, cooperação e pela valiosa contribuição na realização deste trabalho, assim como a toda equipe do setor de alimentação escolar do município.

Aos colegas do mestrado, turma 2013-2015, com quem compartilhei esses dois anos de muitos desafios e conquistas, o tempo passou muito rápido e vocês foram essenciais!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Ao Sr. José Carlos, meu primeiro e maior incentivador para o mestrado. Muito obrigada pelas opiniões sinceras, pelo apoio e pela competência com que exerceu seu trabalho na Pós.

A todos vocês, MUITO OBRIGADA!

RAMOS, Flavia Pascoal. Acepções e práticas de educação alimentar e nutricional no âmbito escolar. 2015. Dissertação (Mestrado) – Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender as acepções que os nutricionistas atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar atribuem à educação alimentar e nutricional em um município brasileiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva e exploratória que utilizou como técnica de produção de dados entrevistassemiestruturadascom os nutricionistas do Programa, associada à observação participante, além de documentos – projetos e materiais educativos disponibilizados pela equipe. O presente trabalho originou dois artigos. O primeiro teve como objetivo discutir o lugar da EAN na dinâmica cotidiana do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Como principais resultados, destaca-se que as ações de EAN estão presentes no PNAE no município estudado, todavia, observa-se a ausência de articulação com o setor pedagógico para planejamento das atividades e sua inserção no currículo escolar, bem como a inexistência de parcerias efetivas para planejar e executar as ações. Nota-se também a predominância do conceito de prevenção de doenças e da abordagem tradicional da educação no planejamento das ações.O segundo artigo objetivou descrever e analisar como são desenvolvidas ações de educação alimentar e nutricional pelos nutricionistas no âmbito do PNAE em um município brasileiro. Os principais resultados deste artigo apontam que as ações são desenvolvidas através de palestras, atividades lúdicas (teatro de fantoches) e conversas. Quanto aos temas, destaca-se alimentação saudável, aproveitamento integral de alimentos e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). De forma geral, se configuram em abordagens baseadas na perspectiva tradicional da educação com tentativas de inovação e em uma concepção ainda restrita da alimentação e nutrição. De modo geral, pode-se concluir que as ações de EAN são frequentemente desenvolvidas no município estudado, embora não haja articulações intersetoriais e interdisciplinar solidificadas, em torno das ações. Soma-se a isso que as estratégias educativas são desenvolvidas tendo como base a perspectiva tradicional da educação. Conclui-se, por fim, que formações em EAN envolvendo toda comunidade escolar podem contribuir para o aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito do PNAE bem como para ampliação da compreensão do tema da alimentação e nutrição.

Palavras Chave: educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, nutricionistas, educação em saúde

RAMOS, Flavia Pascoal. Conceptions and practices of food and nutrition education within school's context. 2015. Dissertation (Masters' Degree) – Nutrition School, Federal University of Bahia, Salvador, 2015.

ABSTRACT

This study objected to comprehend the definitions attributed by School Feeding National Program (PNAE) dietitians to Food and Nutrition Education (EAN) in a Brazilian city and was developed with an acting group in the program. It is a qualitative work of descriptive and exploratory nature which used semi-structured interviews to produce data, associated with participative observation. As empirical materials were used a project and folders, made available by the group. This work originated two articles. The first one objected to "discuss the place of EAN in PNAE daily dynamics" and as principal results, it stands out that EAN actions are present in PNAE in the studied city; however, it can be observed that there is no articulation with the pedagogic sector to plan the activities and their insertion in school curriculum, as well as the inexistence of effective partnerships to plan and execute the actions. The predominance of preventing diseases' concept and a traditional education approach to plan actions could also be noted. The second one aimed to describe and analyze Food and Nutrition Education (EAN) actions by dietitians from PNAE in a Brazilian city. The principal results of this article showed that the actions are developed through lectures, ludic activities (theatrical performance with puppets) and conversations. Healthy alimentation, integral food usage and non-transmissible chronic diseases are most approached subjects. In general, these are attempts of improving approaches based on education's traditional perspective, with a restrict conception of nourishment and education. It can be concluded that EAN's actions are frequently developed in the studied city, although there are no solidified intersectoral and interdisciplinary articulations around actions. In addition, educative strategies are developed based in the traditional education perspective. In the end, it can be concluded that EAN's formations involving school community can contribute to improve actions within PNAE's extent, and to broaden comprehension of alimentation and nutrition as well.

Keywords: food and nutrition education, school feeding, dietitians, health education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLB	Associação dos Professores Licenciados do Brasil
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NEPAC	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura
NUSAN	Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PSE	Programa Saúde na Escola
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SÚMARIO

APRESENTAÇÃO 10

ARTIGO 1: O lugar da Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar 14

INTRODUÇÃO 14

MATERIAIS E MÉTODOS 16

RESULTADOS E DISCUSSÃO 17

A EAN na estrutura organizacional do PNAE 17

Planejando e executando ações de EAN nas escolas 22

A elaboração de um projeto de EAN 27

CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS 34

ARTIGO 2: Educação alimentar e nutricional no âmbito escolar: uma análise das ações desenvolvidas em um município brasileiro 38

Introdução 39

Metodologia 40

Resultados e discussão 41

Executando atividades em EAN na escola 42

Palestras 43

Conversas 49

Atividades lúdicas 50

Conclusão 52

Referências 52

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS 56

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi-estruturada 59

APÊNDICE B – Roteiro de observação 60

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 61

APÊNDICE D - Projeto apresentado na qualificação 63

ANEXOS 84

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre asações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no âmbito escolar, que utilizou como recorte o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As investigações científicas sobre Educação Alimentar e Nutricional (EAN) apontam para alguns desafios enfrentados pelo campo ao longo dos anos, como o incipiente arcabouço teórico metodológico. . Entretanto, atualmente, as políticas públicas em alimentação e nutrição, especialmente na área de alimentação escolar tem reforçado a necessidade de desenvolver ações de EAN na escola. Tendo em vista essa conjuntura surgiram alguns questionamentos em torno do tema, considerando ainda que no âmbito do Programa, esta é uma atividade obrigatória do nutricionista. As questões se referiam a se estas ações são desenvolvidas? Como? Quais são os elementos considerados para planejar e executar estas ações? Como se articulam? Quais desafios são encontrados durante o percurso? Quais limites e possibilidades? Como compreendem a EAN?

Além disso, durante o meu período de trabalho no Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE/UFBA) nas formações sobre EAN para professores, coordenadores pedagógicos e nutricionistas, quando estimulados a partilharem suas experiências no campo, surgiam algumas ações, as quais eram discutidas e problematizadas de modo a compreender quais elementos foram considerados na sua construção e qual concepção de EAN estava subjacente.

Isso porque ao longo dos anos acentuou-se a discussão quanto à abordagem problematizadora da educação e seu uso para as ações de EAN, que tem proporcionado uma ampliação nas possibilidades de atividades na área, bem como a compreensão da alimentação e nutrição para além de um ato meramente biológico que envolve questões sociais, culturais, psicológicas entre outras e que devem ser consideradas nestas ações.

Dessa forma, a ideia inicial do projeto era compreender as acepções, como estes nutricionistas entendem a EAN e como a desenvolve. Considerando o quanto é desafiador desenvolver uma prática em EAN inovadora e participativa, conforme apontam algumas experiências do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (NEPAC) analisadas em algumas dissertações (Reis, 2014; Freitas, 2013, Porcino, 2014). Entretanto, após a produção de dados e, considerando se tratar de um

estudo exploratório, observou-se que os dados quanto às articulações em torno da EAN bem como a perspectiva metodológica adotada nas atividades se destacaram e demandavam uma discussão de modo a aprofundar tais questões.

Deste modo, o presente estudo passou de uma perspectiva compreensiva para uma analítica da realidade vivenciada por estes profissionais, as questões, conflitos e condições que permeiam as atividades de EAN no âmbito do município estudado. Ao contrário do que se "esperava" ou se "imaginava", são desenvolvidas atividades de EAN e essa questão está bem marcada nos artigos aqui apresentados.

Trata-se, portanto, de um estudo que busca analisar estas ações e os fatores a ela relacionados à luz da discussão atual em torno da EAN tendo como base o Marco de Referência em EAN para Políticas Públicas, a própria legislação do PNAE que ainda aponta algumas determinações e conceitos que se mostram difíceis deserem efetivado na prática e a perspectiva problematizadora da educação, a partir da qual se compreende que seja o centro de uma prática educativa em alimentação e nutrição.

O presente estudo dialoga com um projeto maior, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, intitulado: "Segurança Alimentar e Nutricional: Construindo Tecnologias Sociais em Educação Alimentar e Nutricional em dois bairros populares das cidades de Salvador e Santo Antônio de Jesus – Bahia". Este visa desenvolver, aplicar e avaliar tecnologias sociais em EAN em comunidades periféricas urbanas de dois bairros populares nas cidades em estudo, visando ampliar a promoção da alimentação saudável, da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional.

Sendo assim, o desenvolvimento deste estudo visou possibilitar a compreensão mais ampla de como a prática cotidiana da EAN no âmbito do PNAE se configura, como se dá o seu planejamento, sua execução, quais são os limites e possibilidades e como os nutricionistas lidam com estas questões. Acredita-se que essa compreensão possa subsidiar a construção de ações inovadoras em EAN com escolares.

Adotou-se como referência metodológica a pesquisa de natureza qualitativa, exploratório-descritiva, utilizando entrevistas semiestruturadas, realizadas com os nutricionistas, para a produção de dados.

Assim, o presente trabalho está organizado em dois artigos científicos, que foram elaborados seguindo as normas das revistas que se intenta publicar. O primeiro artigo, intitulado como "O lugar da Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar" teve como objetivo "discutir o lugar da

EAN na dinâmica cotidiana do Programa Nacional de Alimentação Escolar". Neste, elencou-se o contexto do programa no qual as ações são desenvolvidas, incluindo estrutura e recursos humanos; as parcerias em torno da EAN e; aspectos sobre o planejamento e execução das atividades na escola. Foi organizado seguindo as instruções aos autores para publicação na Revista Panamericana de Salud Pública (ANEXO I).

O segundo artigo, intitulado como "Educação alimentar e nutricional no âmbito escolar: uma análise das ações desenvolvidas em um município brasileiro" teve como objetivo "descrever e analisar como são desenvolvidas ações de educação alimentar e nutricional pelos nutricionistas no âmbito do PNAE em um município brasileiro". Neste, consta uma análise quanto aos limites e possibilidades das estratégias educativas descritas pelos nutricionistas para a realização das atividades de EAN no contexto em estudo. O mesmo foi estruturado com base nas instruções aos autores para publicação na Revista Cadernos de Saúde Pública (ANEXO II).

ARTIGO 1

O LUGAR DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Salvador
2015

O lugar da Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar

RESUMO

Objetivo: Discutir o lugar da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Métodos:** Trata-se de pesquisa qualitativa realizada entre maio e setembro de 2014, com os nutricionistas atuantes no PNAE em um município brasileiro. Utilizou-se, como técnica de produção de dados, entrevista semiestruturada. **Resultados:** Destaca-se que as ações de EAN estão presentes no PNAE do município estudado, todavia, observa-se a ausência de articulação com o setor pedagógico para planejamento das atividades e sua inserção no currículo escolar, bem como a inexistência de parcerias efetivas para planejá-las e executá-las. Em relação a como são pensadas estas ações, nota-se a predominância do conceito de prevenção de doenças e da abordagem tradicional da educação.**Conclusões:** Ressalta-se, portanto, a importância da intersetorialidade para o desenvolvimento das ações educativas e a necessidade de formação em EAN, envolvendo toda comunidade escolar, de modo a aprimorar sua prática no PNAE.

Palavras chave:educação alimentar e nutricional,alimentação escolar, nutricionistas, educação em saúde

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (1)é a mais antiga política pública em alimentação e nutrição do Brasil e, ao longo das décadas, vem sendo reformulado no que se refere aos seus princípios, diretrizes e operacionalização. Nesse processo de mudanças, a alimentação escolar assumiu caráter pedagógico antes inexistente, entretanto, ainda é um desafio o fazer Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e a perspectiva teórico-metodológica a ser adotada para subsidiar as atividades educativas neste âmbito.

Em uma das suas reformulações mais recentes, a Lei n° 11.947/2009 (1) instituiu como segunda diretriz do PNAE “a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional” (p.1). A partir de então, o PNAE apresenta dois eixos centrais: a oferta de alimentação equilibrada e a perspectiva

pedagógica que esta deve assumir na prática cotidiana da escola, associada à sua inserção no currículo escolar.

Destaca-se, nesse sentido, o nutricionista como responsável técnico do Programa e a EAN na escola como uma de suas atividades centrais. Santana e Ruiz (2), ao analisarem a formação dos nutricionistas que atuam no PNAE, apontam que a formação recebida nos cursos de graduação, com ênfase no modelo pedagógico tradicional e nos aspectos tecnicistas da atuação do nutricionista, representa entraves para acompanhar a ampliação do seu campo de atuação frente às Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, como o PNAE.

Sobre as ações de EAN no espaço escolar, Mello et al. (3) e Juzwiak, Castro e Batista (4), ao investigarem a realização de atividades desta natureza pelos nutricionistas do PNAE, identificaram que a maioria destes não realiza tais ações, priorizando aquelas relacionadas à gestão do Programa. Salienta-se que, neste âmbito, a assunção de atividades, além das previstas em lei, pode comprometer o desenvolvimento das atribuiçõesque lhes são obrigatórias, como as de planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição (5). Além destas, inclui-se ainda a realização de ações de educação alimentar e nutricional, indicando que, em meio às demandas do trabalho, o desenvolvimento da EAN constitui-se verdadeiro desafio à prática profissional (5). Surge, nessas circunstâncias, a preocupação com as bases teórico-metodológicas que regem as ações educativas em alimentação e nutrição.

Considera-se, deste modo, a importância de se compreender como tais ações são pensadas, planejadas e executadas e como se concebe a alimentação e nutrição nesse processo. O presente artigo pretende, portanto, discutir o lugar da EAN na dinâmica cotidiana do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa realizada no âmbito do PNAE, em um município brasileiro, entre maio e setembro de 2014, com o grupo de nutricionistas atuantes no Programa.

Utilizou-se entrevista individual semiestruturada, ou entrevista em profundidade conforme definido por Gaskell (6), como técnica de produção de dados a fim de apreender os sentidos que os atores dão às suas condutas e a maneira como vivem sua situação, sendo os mesmos em melhor posição para falar disso. Desse modo, dos treze nutricionistas que constituíam a equipe, doze aceitaram participar da pesquisa. Buscou-se, a partir das entrevistas, orientadas por roteiro, investigar como e de que modo concebem a EAN e se e como desenvolvem seu planejamento, desde a concepção metodológica às questões práticas. Todas as entrevistas foram gravadas com equipamento portátil, para posterior processo de transcrição e análise.

Utilizou-se, também, como material empírico, o organograma da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação e materiais impressos disponibilizados pelos entrevistados, como um projeto de EAN, com vistas a aprimorar a discussão do trabalho, buscando relacioná-los aos dados das entrevistas.

No que se refere ao processo de análise, considerando que o mesmo é composto por algumas etapas, observaram-se alguns elementos importantes apontados por Laperrière (7) e Caprara e Veras (8) durante todo procedimento, tendo como referência ainda os princípios para ações de EAN que constam no Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas (9), bem como algumas diretrizes da educação problematizadora, conforme proposto por Freire (10). Ao final da análise, apresentaram-se os dados aos sujeitos da pesquisa, momento de sua devolutiva, para validação e produção de consenso, conforme descrição de Onoko-Campos (12). Atentou-se ainda para a

possibilidade do surgimento de novos dados, acatando-se as sugestões feitas pelos entrevistados.

Esse trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, através do parecer nº. 661.041, em 26 de Maio de 2014. Todos os seus participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram, então, sistematizados e organizados em dois tópicos: a) A EAN na estrutura organizacional do PNAE; b) Planejando e executando EAN nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EAN na estrutura organizacional do PNAE

A rede de ensino do município estudado possui 426 escolas distribuídas entre 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). Cada uma destas CREs é composta por um conjunto de 28 a 50 escolas. Em dossiê das escolas da rede municipal de ensino, elaborado em 2011 pela Associação dos Professores Licenciados do Brasil (APLB) – Sindicato dos Trabalhadores da Educação (13), abordando questões de estrutura física e de pessoal, verificou-se que grande percentual (acima de 75%) das escolas necessitava de algum tipo de reforma em sua estrutura física, não possuía bibliotecas e suas merendeiras eram de empresas terceirizadas.

No que diz respeito aos escolares, de acordo com os dados do censo escolar 2013, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (14), o município perfez um total de 140.185 matrículas referentes a todos os níveis de educação oferecidos pelo mesmo (Creche, Pré-escola, Ensino fundamental e Ensino de Jovens e Adultos). No ano de 2014, segundo informações da

Secretaria Municipal de Educação, a partir do Sistema de Matrícula Informatizada, este número compreendeu 137.491 matrículas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (15) do município, para 2013, de acordo com o INEP, foi 4,0, para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, atingindo a meta prevista para o ano, de 3,9. Já para os anos finais (6º ao 9º ano), o índice alcançou um valor de 3,0, ao passo que a meta estabelecida era 3,3, demonstrando que o município, apresenta, hoje, um desafio maior de melhorar a qualidade da educação do segundo ciclo do ensino fundamental.

Nesse município, todas as escolas são atendidas pelo PNAE, sendo a gestão desse Programa realizada de maneira centralizada, através da Secretaria de Educação que, portanto, é responsável pela aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios. Sua estrutura dispõe de almoxarifado central para armazenamento dos gêneros nãoperecíveis, enquanto os perecíveis, como frutas e hortaliças e alimentos congelados, são entregues pelos fornecedores diretamente às escolas.

No que se refere à sua organização, o PNAE é executado pela Subcoordenadoria de Alimentação Escolar, vinculada à Coordenadoria Administrativa, juntamente com as Subcoordenadorias de Suporte à Aquisição de Materiais e Contratações de Serviços e de Logística. Tal organização aloca o Programa em setor relacionado a processos de provimento de materiais.

Nessa estrutura, a Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico encontra-se distante e não dialoga com a Subcoordenadoria de Alimentação Escolar. Esse fato indica que o potencial educativo do PNAE ainda não aparece consolidado em sua gestão no âmbito municipal, uma vez que a presente organização remete à possibilidade do fornecimento da alimentação escolar continuar a ser considerada a atividade central do Programa.

Sobre isso, sabe-se que historicamente o desafio posto era garantir a oferta da alimentação escolar. Marca-se a década de 1990, em que o Programa transitou de oferta inicialmente centralizada para descentralizada, permitindo maior adequação da alimentação oferecida ao hábito alimentar local (16). A autora pontua também que grandes avanços para o PNAE se deram a partir da instituição da Estratégia Fome Zero, em 2003, entre eles, o caráter pedagógico assumido pela alimentação escolar contribuindo, assim, para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN).

Outros avanços consideráveis, nesse sentido, ocorreram a partir da Lei nº 11.947/2009 (1) que instituiu como segunda diretriz a inclusão da EAN no processo de ensino aprendizagem, perpassando pelo currículo escolar, perspectiva reafirmada pela Resolução nº 26/2013 (17). Entretanto, embora no âmbito normativo a discussão sobre o caráter pedagógico, intersetorial e interdisciplinar da alimentação escolar esteja solidificado, tal perspectiva é ainda incipiente e, na prática, constitui um desafio, conforme observado no presente estudo e mais detalhado posteriormente.

Quanto ao quadro de profissionais, o setor de alimentação escolar contava com 13 nutricionistas, uma engenheira agrônoma e quatro técnicos administrativos. Dos 13 nutricionistas acima referidos, três atuavam no setor administrativo e os outros 10 eram responsáveis pelas CREs, sendo alguns destes responsáveis por mais de uma Coordenadoria, para que todas pudessem ser supervisionadas.

Cabe pontuar que o cumprimento das atribuições dos nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar possui relação com o número de profissionais e as Resoluções FNDE nº 38/2009 (18) e nº 26/2013 (17) recomendam o cumprimento do número mínimo de nutricionistas por aluno matriculado/município, conforme estipulado nas Resoluções CFN nº 358/2005 (19) e nº 465/2010 (20), respectivamente. Tal premissa não se é observada no município em estudo.

De acordo com a Resolução nº 26/2013 (17), as atribuições dos nutricionistas compreendem, dentre outras ações, "realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos estudantes; planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até o consumo das refeições pelos escolares; coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, ações de EAN" (p.7). Tem-se como primeiro ponto de partida destas ações a elaboração do plano anual de trabalho.

Com base nos relatos, as atividades gerais, como a elaboração do referido plano e do cardápio, são discutidas pela equipe de profissionais e, as que demandam visitas às escolas, são realizadas pelos nutricionistas lotados nas CREs.

De acordo com os entrevistados, um dos grandes enfrentamentos para o desenvolvimento destas atribuições é o tempo demandado pelo processo de remanejamento de gêneros. Na sua percepção, isso ocorre em função dos gêneros chegarem até as unidades escolares de forma "descasada", ou seja, separada, ou ainda pela falta/escassez dos provimentos, o que impede a elaboração das preparações estipuladas no cardápio.

É esta lacuna que impõe aos nutricionistas um trabalho de remanejamento dos gêneros entre as escolas exigindo, segundo os mesmos, bastante tempo e comprometendo o cumprimento das demais atribuições. Eles consideram que alguns dos aspectos associados a este fato incluem a centralização do processo de compras e a burocratização de seus trâmites, a infraestrutura precária das escolas e sua incapacidade para armazenar os gêneros, além de reformas, paralisações e recessos.

Desta maneira, Domene (5) menciona que a realidade atual dos municípios não oferece condições operacionais para o desenvolvimento do Programa, de modo que essas se apresentam aquém daquelas associadas a ambientes propícios à promoção de práticas saudáveis de alimentação. Trata-se, assim, de cenário desafiador para o profissional que dispõe de estrutura limitada para o desenvolvimento de seu trabalho.

Nesse contexto, destaca-se que a grande demanda de atividades associada à insuficiência de profissionais, problema já sinalizado por outros estudos (21, 3), favorecem a secundarização das ações de EAN, sobretudo porque o desafio histórico do programa foi, por muitos anos, garantir acesso à alimentação escolar.

Cabe, por fim, marcar que, embora as atividades de EAN sejam atribuição do nutricionista na alimentação escolar, o Programa não prevê em sua rubrica financiamento para tais ações e nem tampouco o município. Deve-se, assim, lançar mão de outros financiamentos, sejam eles através de materiais disponíveis no setor ou mesmo de recursos dos próprios profissionais, questão bastante pontuada pelos mesmos, uma vez que se configura fator limitante ao desenvolvimento das atividades. De acordo com as Resoluções n□ 38/2009 (19) e n□ 26/2013 (17), “Os recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios”.

Contudo, ante as dificuldades impostas pelas questões supracitadas e até mesmo pelo histórico da prática em EAN ser insuficiente,ou seja, de não ser frequentemente desenvolvida no âmbito escolar, nesse trabalho observou-se que estas ações acontecem e que envolvem professores, gestores escolares, nutricionistas, pais e merendeiros, ainda que de forma dispersa, o que será discutido posteriormente.

Quando questionados sobre a realização de atividades em parcerias, a maioria dos nutricionistas relatou que, de forma geral, desenvolvem as atividades com próprio

grupo. Entretanto, mesmo as “parcerias” não estando estabelecidas, acontecem de maneira pontual, principalmente com o setor saúde. Foram mencionadas algumas interações com o referido setor, através de algumas CREs e distritos sanitários, com atividades de avaliação antropométrica e também com o Programa Saúde na Escola (PSE) (22), esta última, uma única vez. Em que pese o caráter pontual e prescritivo das atividades relatadas, a intersetorialidade é um dos princípios importantes para as ações de EAN.

Ao discutir sobre questões relacionadas às ações intersetoriais em um programa municipal intitulado “Lazer e saúde”, Warschauer e Carvalho (23) identificaram, por meio de entrevistas com o grupo envolvido, alguns obstáculos como a dificuldade de algumas pessoas olharem o conjunto das ações, permanecendo na individualização dos trabalhos. Esta questão relaciona-se ao presente estudo na medida em que foram verificadas dificuldades para planejar e executar efetivamente atividades em conjunto. Ressalta-se, portanto, a necessidade de articulação dos setores para o planejamento e execução das atividades de EAN tendo como base os documentos legais que a fundamentam, ainda, que estes apresentem limites em sua operacionalização.

Planejando e executando ações de EAN nas escolas

Embora a discussão acima esteja pautada na insuficiência de articulação intersetorial para as ações de EAN, os resultados desse estudo apontam também para um conjunto de ações de EAN que são frequentemente desenvolvidas no município estudado no âmbito do PNAE. Configuram-se em palestras, atividades lúdicas e conversas, associadas ou não à avaliação antropométrica e implantação da horta escolar. Essas atividades geralmente são desenvolvidas pelos nutricionistas de forma individual ou por equipes, dependendo de sua abrangência.

Segundo os relatos, as ações de educação alimentar e nutricional realizadas nas escolas apresentam dois principais pontos de partida. O primeiro seria o plano anual de trabalho, elaborado pelo grupo de profissionais, que elenca as possíveis ações a serem desenvolvidas durante o ano; o segundo, as solicitações recebidas por cada CRE das escolas as quais atendem, seja devido à implementação de algum projeto relacionado à alimentação e nutrição, ou porque se tem interesse acerca de determinado tema. Ressaltam que realizam com maior frequência as atividades provenientes das demandas das escolas.

Quanto ao planejamento das atividades de EAN no referido plano, o grupo menciona que esse é pensado pela responsável técnica, com o apoio dos demais e, de forma geral, se repete ao longo dos anos, incluindo palestras com os pais, professores e alunos de maior faixa etária e atividades lúdicas com o público infantil. Acrescentam ainda que fazem alguma programação de acordo com período do ano, por exemplo, para a Semana Mundial da Alimentação, o grupo se reúne e elabora alguma atividade relacionada ao tema.

As datas comemorativas são uma vertente que estimula o desenvolvimento de ação educativa. Umas das nutricionistas relatou elaborar um calendário com tais datas e identificar aquelas se relacionariam às atividades de EAN, a exemplo da Páscoa, propondo nessa ocasião uma programação que elencasse alternativas para o chocolate.

Quanto ao planejamento das ações de EAN, o princípio IX do Marco de Referência de EAN (9) destaca esse elemento como imprescindível à efetividade e eficácia das ações, pois engloba o diagnóstico local, a definição de objetivos e estratégias para alcançá-los, a previsão de custos e a definição de parcerias e indicadores de resultados, devendo incluir os indivíduos no processo decisório, de forma a se pensar

nas mesmas a partir das necessidades reais da população e a delinear resultados passíveis de serem alcançados.

Nesse sentido, a proposta de planejamento apresentada no Marco expõe a necessidade de que ações de EAN sejam específicas, o que ainda representa um desafio para o município em questão, especialmente no que se refere à sua prática. Alguns entraves que contribuem para isso incluem as condições reais para execução dessas atividades, o conhecimento incipiente dos profissionais sobre a temática e o número insuficiente de nutricionistas para desenvolvê-las. Domene (5) sinaliza, ainda, que o cenário atual demonstra que promover educação alimentar e nutricional exige a compreensão de limites, como o nível de envolvimento dos alunos, a qualificação do nutricionista e do professor e a qualidade da refeição servida na escola.

De outra parte, há relatos de que os convites das escolas surgem também através de projetos desenvolvidos pelas mesmas, como Semana da Alimentação, Dia da Família na Escola, Dia da Fruta, organizados e desenvolvidos pelos professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos. Os nutricionistas geralmente são convidados a apresentar determinado tema e, com menor frequência, a participar de outras formas, como através do apoio à elaboração de receitas com os escolares, contribuição com gêneros, entre outros. Esse fato expõe a relevância que é dada à questão da alimentação e nutrição pelos profissionais da escola, aspecto que não foi investigado no escopo desse estudo.

Quanto ao agente promotor da EAN, embora esta prática seja considerada privativa do nutricionista, cabe pontuar que, por compreendê-la como campo intersetorial e multiprofissional, no contexto escolar, a agência de professores e coordenadores pedagógicos é tida como bastante relevante para o alcance da SAN nas escolas, perspectiva apontada por Santos et al. (24) &Juzwiak, Castro e Batista (4), bem

como pautada no Marco de referência de EAN e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Conforme exposto anteriormente, a realização de atividades de EAN a partir de parcerias ainda é incipiente. Ao investigar se existem ações educativas construídas com o apoio de professores e coordenadores pedagógicos, uma vez que existem muitas requisições das escolas, os nutricionistas relatam que, na maioria das vezes, esse contato acontece no momento da atividade.

Uma entrevistada refere que sempre busca "dicas" com colegas coordenadores pedagógicos, no sentido de aperfeiçoar a atividade que pretende desenvolver, mas que nunca a elaboraram em conjunto. Outros citam também que alguns professores, de fato, os convidam para pensar algo em comum, mas que devido às múltiplas demandas ainda não conseguiram atender a essa solicitação.

> Nas reuniões de gestores eu sempre participo pra dar um informe de alimentação escolar da algum retorno, com os coordenadores, mas assim nunca, nunca juntei com elas pra fazer um projeto. Eu sempre levo algum material meu, peço ideia [...]... Aí eu peço ajuda, mas nunca construí nenhum material com elas não. (N.*K*)

Observa-se que, tanto os nutricionistas, quanto os professores e coordenadores pedagógicos, desenvolvem atividades de EAN separadamente, ambos com o mesmo objetivo, que é educar para a alimentação saudável. Considera-se, assim, que o potencial educativo das ações poderia ser maximizado se desenvolvidas em conjunto.

> Ela mesmo (professora) busca bastante muitas coisas assim da área de alimentação e alimentos saudáveis e desenvolve direitinho, então, sempre na maioria das escolas eles fazem isso só que o problema é que, às vezes, dependendo do momento coincide não conseguir, mas assim, do ano passado pra cá pelo menos, que tão fazendo projetos e atividades inserindo alimentação, eles sempre me chamam pra participar (N.*I*).

Outro elemento importante para as ações de EAN é a interdisciplinaridade. Sobre isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Saúde (25) discutem a educação para saúde como tema transversal, devido o processo saúde/doença apresentar múltiplas dimensões, ressaltando que "somente a participação das diferentes áreas, cada qual enfocando conhecimentos específicos à sua competência, pode garantir que os alunos construam uma visão ampla do que é saúde" (p.263)

O PCN-Saúde (25) elenca a alimentação e nutrição como um dos temas para serem trabalhados dessa maneira e destaca sua importância para o crescimento e desenvolvimento dos educandos. O documento apresenta uma série de possibilidades de questões e abordagens para se trabalhar o assunto a partir de uma perspectiva ampliada, congregando necessidades corporais, socioculturais e emocionais. Deste modo, o PCN saúde se configura como importante referência para os educadores em alimentação e nutrição.

Sobre a inclusão transversal do tema acima mencionado, no currículo escolar, Reis (26), ao analisar a experiência de um projeto interdisciplinar dessa natureza em uma escola pública, destaca que sua introdução na matriz curricular requer reflexões quanto ao papel da escola como mediadora de consciência crítico-reflexiva e quanto ao reconhecimento da alimentação como um Direito Humano e pré-requisito para a SAN.

Será apenas a partir dessa reflexão, que a inserção do tema no currículo escolar se dará de modo que propicie a construção da autonomia alimentar dos sujeitos, dimensão apontada por outros estudos Santos et al (24); Bizzo e Leder (27); Juzwiak, Castro e Batista (4) e; Barbosa et al. (28).

Deste modo, Reis (26) frisa ainda que "a existente lacuna teórico-metodológica e operacional de projetos interdisciplinares com o tema A&N aponta para a necessidade

de fomento e desenvolvimento de trabalhos dessa natureza" (p.41), que possam embasar inclusive a construção de práticas de EAN mais inovadoras, críticas e contextualizadas.

A elaboração de um projeto de EAN

No ano de 2014, durante o momento da produção de dados desse estudo, foi elaborado pelos nutricionistas do PNAE um projeto intitulado "Nutrição em ação", constituído por ciclo de palestras visando promover a interação entre a equipe de nutrição e a comunidade. Às perguntas referentes ao surgimento do projeto, seguiram-se respostas diversas, que incluíam a noção de "mostrar mais a nutrição". Nesse sentido, a nutricionista A menciona que a ideia para sua elaboração originou-se durante o recesso escolar, no mês de junho, enquanto trabalhavam internamente, e apresentou o propósito principal de aumentar a visibilidade do nutricionista no setor.

> É fazer alguma coisa esse semestre pra mostrar mais a nutrição aqui, porque a gente tá sentindo que a nutrição está um pouco apagada, a gente fica mais na CRE que na secretaria [...] (N.*D*).

A nutricionista *I* reforça esta questão afirmando a insatisfação com as outras atividades que lhes são demandadas, como o remanejamento de gêneros, e reitera ainda a necessidade de exercer as funções como nutricionista atuante do PNAE.

> Todo ano a gente tenta fazer alguma atividade, né, educativa, então, esse início de ano ficamos sempre "ah, vamos fazer um projeto", "vamos iniciar um projeto" e não tinha iniciado, não tinha escrito ainda por conta dessa correria. Então, assim ficamos, às vezes, insatisfeitos, né, com a questão da atuação porque, assim, tem muitas outras atividades que a gente termina exercendo, então, é remanejamento de alimentos, é retirada de alimentos [...]. [...] nós vamos fazer alguma coisa com a nossa propriedade, então, avaliação nutricional, fazendo palestras pra mostrar mesmo nosso, quais são nossas atribuições também, que não é só remanejar alimento (N.*I*).

Outra nutricionista destaca também o surgimento da ideia de se executar atividades em todas as CREs, diferenciando-se do que ocorre rotineiramente, quando se realizam atividades isoladas.

> Vamos dizer assim a gente tava fazendo as atividades soltas... Soltas que eu digo cada uma na sua CRE. Então, o que que a gente pensou, que tal então não seria melhor se todo mundo, se todas né, se reunissem e fizessem mais escolas? Que aí a gente consegue com um grupo fazer mais escolas, então, partiu daí a gente, como um grupo, fazer mais escolas, pra atender um público maior e a gente conseguir uma demanda maior e um retorno também maior [...] (N.*B*).

Observam-se diferentes posicionamentos quanto ao surgimento do ciclo de palestras e tal fato evidencia a existência de diversos objetivos, ainda que implícitos. As falas demonstram que o projeto apresenta propósitos mais amplos, para além da EAN, no sentido de "mostrar" o papel do nutricionista diante das demandas consideradas como não parte de suas atribuições. Considera-se que, de forma paradoxal, a atividade educativa - que é tão pouco institucionalizada - se configura como uma das estratégias para mostrar quem é o nutricionista.

Assim, compreendendo que as demais tarefas desenvolvidas pelo profissional no Programa são de caráter administrativo, incluindo aquelas relacionadas à área de alimentação coletiva, além das atividades extras, as ações de EAN parecem oportunizar o momento em que é possível a este profissional, no referido contexto, "mostrar-se" ao público.

É através das atividades educativas que seu conhecimento sobre alimentação e nutrição é socializado e sua importância reconhecida. Um estudo que buscou investigar as representações sociais, construídas por profissionais das equipes de Saúde da Família, sobre o fazer teórico-prático do nutricionista, ressalta em seus resultados que o mesmo é associado à prevenção e promoção da saúde, orientação e elaboração de dietas para doenças crônicas e atividades educativas (29). Tal estudo destaca as atividades a partir das quais o profissional interage mais com público e, por consequência, amplia o reconhecimento de seu papel.

O projeto “Nutrição em ação”, de acordo com o grupo entrevistado, consiste na realização de palestras em todas as CREs, dividindo-se os nutricionistas em três equipes e permitindo que cada um deles eleja uma escola, para cada tema, de sua respectiva Coordenadoria, para trabalhar determinado tema.

No projeto, consta como objetivo geral, “atender as atribuições do profissional nutricionista na Alimentação Escolar” e, como objetivos específicos, “estimular o aproveitamento integral de alimentos”, “conceituar e esclarecer as causas e consequências das Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT”, “incentivar hábitos alimentares saudáveis”, “socializar a forma de tratamento com dicas e orientações sobre como conviver com a patologia,” “orientar o público sobre os cuidados necessários com a alimentação para prevenção das enfermidades”, entre outros.

Uma característica importante na definição dos objetivos refere-se a quem se dirigem. Percebe-se que em todos eles, o sujeito da ação é o próprio nutricionista e considera-se que, em se tratando de ação educativa, o sujeito principal do objetivo deveria ser o educando, uma vez que a atividade visa envolvê-lo para educá-lo. Tal análise baseia-se na perspectiva da educação problematizadora, conforme definida por Freire (10) e Bordenave (30), que demanda que o sujeito da ação tenha postura ativa no processo educativo, de modo que, através da reflexão e problematização da sua realidade, se pode buscar soluções contextualizadas. Ainda de acordo com os autores, esse modelo supera a transmissão de “conhecimentos” aos educandos.

O Marco de Referência em EAN (9) também recomenda essa perspectiva ao sugerir que “a prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais” (p.23).

Para as palestras, foram elencados os seguintes temas, considerados emergentes pela equipe de Nutricionistas: “A influência dos pais no perfil alimentar dos filhos”, “O papel e a importância do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Município”, “Diabetes”, “Alimentos funcionais e câncer” e “Aproveitamento integral de alimentos”. Segundo o grupo, houve uma discussão em reunião para tal fim:

> Foi mais assim, coisas da, que estão né na atualidade e que a gente acha mais importante é... Conversar, que é a questão mesmo da hipertensão e da diabetes que tá crescendo a cada dia, até crianças a gente vê agora hipertenso e obeso então, nossa questão de temas foi mais a atualidade e necessidade da importância né?! Desses temas... (N.*B*)

Outro profissional complementa que “a gente decide os temas e jogamos para fazer tipo uma, uma votação junto nossa a RT” (N.*D*). Desse modo, nota-se que a seleção dos temas é feita, predominantemente, a partir das experiências dos profissionais e do que consideram temas atuais. Tal processo aparentemente não é problematizado pelos nutricionistas e não há relatos quanto às pesquisas prévias e participação dos sujeitos nesta seleção.

Quanto a isso, o princípio IX do Marco de referência de EAN (9) menciona a necessidade de valorização do diagnóstico local e a importância da participação das pessoas no planejamento, para que elas estejam inseridas nos processos decisórios.

Boog (31) destaca que “programas *educativos* precisam sempre ser precedidos de diagnósticos *educativos*, que são diferentes de diagnósticos de saúde” (p.117). A autora ressalta que, ao invés de informações epidemiológicas que identificam os problemas alimentares, é necessário conhecer o grupo com o qual pretende se trabalhar, suas práticas alimentares, o motivo da participação na atividade, quais seus problemas alimentares e suas expectativas em relação à ação educativa, sempre partindo da

perspectiva do sujeito. Dessa forma, acentua-se a possibilidade de um processo de EAN mais efetivo e condizente às necessidades do grupo.

Pode-se analisar também que a definição dos objetivos e dos temas é pautada na prevenção de doenças. Nesse contexto, é importante evidenciar as diferenças entre os conceitos de prevenção de doenças e promoção da saúde. Alguns autores, como Buss e Cruz (32) e Czeresnia (33), destacam tal distinção, descrevendo que prevenção de doenças se relaciona às ações orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações. Assim, segundo Czeresnia (33), esse conceito baseia-se no conhecimento epidemiológico moderno e objetiva o controle da transmissão de doenças infecciosas e a redução do risco de doenças degenerativas com foco nas mudanças de hábitos. Já a promoção da saúde, que apresenta como sinônimo o termo "fomentar", estaria relacionada ao desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da saúde e dos fatores relacionados a ela.

Como parte desse conceito, a promoção da alimentação saudável também se configura num conjunto de ações destinadas a estimular uma alimentação equilibrada e os fatores relacionados a ela. Boog (31), trabalhando tais diferenças conceituais, complementa que, na promoção da saúde, está implícita a influência do ambiente em que as pessoas vivem, da sociedade, dos valores e práticas, bem como as ações para promoção da alimentação saudável, que contemplam uma gama de estratégias em torno do tema.

Nesta esteira, observa-se que o conceito da promoção da alimentação saudável está imbricado com o de prevenção de doenças relacionadas à alimentação. Embora se reconheça que, na prática, essa distinção ainda seja complexa, ressalta-se que a noção de práticas preventivas prevalece ao analisar os objetivos e os temas do ciclo de palestras elaborados pelos nutricionistas do PNAE.

Cabe pontuar que o conceito de promoção da saúde e da alimentação saudável encontra-se limitado também nas políticas públicas, especialmente nas de alimentação e nutrição, a exemplo do Marco de Referência em EAN e das resoluções do PNAE (17, 19), nas quais, por vezes, a promoção da alimentação saudável aparece como via para prevenção de males relacionados à alimentação. Desse modo, o conceito de *promoção da alimentação saudável,* ainda não bem definido, mas aludido nesta discussão, se apresenta longe de ser alcançado na escola e, neste caso, o conceito de prevenção de doenças é preponderante.

Ademais, Bordenave (30) destaca que as "opções pedagógicas adotadas por um determinado contexto refletem as ideologias (e os objetivos) desse referido contexto" (p.261). Nesse sentido, a opção pedagógica dos nutricionistas por palestras pode estar relacionada à forma como o objetivo da ação está desenhado.

É importante marcar, portanto, a necessidade de repensar a definição de objetivos das atividades, a que se propõe a educação alimentar e nutricional? O que de fato pode ser problematizado por uma ação de EAN? Essa reflexão necessita de embasamento teórico que juntamente com o conhecimento da realidade local, pode contribuir para definição de objetivos mais condizentes com cada contexto. Após essa definição, pode-se pensar em estratégias para alcançá-lo, fase que demanda também um conhecimento teórico, para o qual as discussões mais atuais se recomenda a abordagem problematizadora da educação, igualmente destacado pelo Marco de referência de EAN (9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desses resultados, constata-se que, a despeito dos avanços normativos observados, que subsidiam a EAN nas escolas, especialmente o Marco de Referência de

EAN e as Resoluções do PNAE, sua prática ainda se distancia dos princípios e da concepção de ação educativa presente nas políticas públicas que tratam sobre o tema.

Verifica-se também que as ações de EAN, no contexto do PNAE, estão presentes no município estudado, embora haja limites quanto: às possibilidades para o diálogo entre os setores durante o planejamento das ações e para sua inserção no currículo escolar; ao número insuficiente de profissionais; à assunção de outras atribuições que comprometem o desenvolvimento das atividades previstas e às articulações de modo geral em torno destas ações.

Soma-se a isso o fato de que, embora as discussões quanto ao caráter intersetorial e interdisciplinar da EAN tenham avançado teoricamente, sua prática ainda não acompanha tal reorientação no campo. Nesse contexto, pauta-se que a inclusão da EAN no currículo escolar pressupõe articulação com o setor pedagógico, de modo a propiciar o planejamento e inserção das atividades de forma efetiva na prática escolar.

No município, a incipiente prática de atividades de EAN através de parcerias limita o desenvolvimento das ações, considerando seu caráter interdisciplinar e transversal. Neste âmbito, reforça-se a importância dos professores e coordenadores pedagógicos como agentes promotores da EAN que, junto aos nutricionistas, podem ampliar as possibilidades de concretização destas ações com vistas à garantia da SAN.

Vale ressaltar a ausência de financiamento para as ações de EAN no Programa e a necessidade dos profissionais, diante das condições desfavoráveis para sua prática, serem os responsáveis pelos custos envolvidos.

Pontua-se, por fim, que ao elaborar um projeto de EAN, o grupo entrevistado proveu indícios de como são pensadas as práticas de EAN no âmbito do PNAE. Estas apresentam objetivos distintos de educativos, pautados no conceito de prevenção de doenças relacionadas à alimentação e regulados por uma concepção de educação ainda

marcada pela pedagogia tradicional. Tal perspectiva indica que a compreensão de prática educativa em alimentação e nutrição precisa ser ampliada e, para tanto, a formação permanente em EAN, envolvendo toda comunidade escolar, pode contribuir para o aprimoramento destas práticas no âmbito do Programa.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União2009; 16 jun.
2. Santana TCM, Ruiz-Moreno L. Formação do nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.* 2012; 37: 183-198.
3. Mello AL, Vidal Júnior PO, Sampaio LR, Santos LAS, Freitas MCS, Fontes GAV. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. *Rev. Nutr*. 2012; 25: 119-132.
4. Juzwiak CR, Castro PM, Batista SHSS. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. *Ciência & Saúde Coletiva* 2013; 18: 1009-1018.
5. Domene SMA. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. *Psicologiausp*2008; 19: 505-517.
6. Gaskell G. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer MW, Gaskell G, eds. *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som*; tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. Ed. Petropólis, RJ; Vozes; 2008: 64-89.
7. Laperrière, A. A teorização enraizada (*groundedtheory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: POUPART J et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Tradução de Ana Maria Nasser. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008: 353-385.
8. CapraraA,Veras MSC. Hermenêutica e narrativa: a experiência de mães de crianças com epidermólisebolhosa congênita. *Interface - Comunic, Saúde, Educ* 2005; 9: 131-46.
9. Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2012.
10. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2011.
11. Amparo-Santos L, Soares MD, Magalhães LM, Reis ABC, Porcino DC, Santos MO, et al. Segurança Alimentar e Nutricional e Tecnologias Sociais em Educação Alimentar e Nutricional: notas sobre um projeto de pesquisa e extensão. *Segurança Alimentar e Nutricional* 2013; 20: 156-168.
12. Onoko-Campos R. Fale com eles! O trabalho interpretativo e a produção de consenso na pesquisa qualitativa em saúde: inovações a partir de desenhos participativos. *Physis Revista de Saúde Coletiva* 2011; 21: 1269-86

13. Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação [Site da internet]. Disponível em: http://www.cnte.org.br/index.php/giro-pelos-estados/550-ba/7461-dossie-das-escolas-da-rede-municipal-de-ensino-de-salvador.html. Acessado 05 de Janeiro 2015.
14. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo escolar. 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acessado 05 de Janeiro 2015.
15. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), 2013. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/. Acessado 02 de Março 2015.
16. Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva* 2013; 18:909-916.
17. Brasil. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
18. BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
19. Conselho Federal de Nutricionistas (Brasil). Resolução CFN nº 358/2005. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.
20. Conselho Federal de Nutricionistas (Brasil). Resolução nº 465 de 25 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.
21. Chaves LG, Santana TMS, Gabriel CG, Vasconcelos FAG. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* 2013; 18: 917-926.
22. Brasil. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2007.
23. Warschauer M, Carvalho YM. O conceito "Intersetorialidade": contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. *Saúde Soc.* 2014; 23: 191-203.
24. Santos LAS, Carvalho DMM, Reis ABC, Ramos LB, Freitas MCS. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. *Ciência & Saúde Coletiva* 2013;18: 993-1000.
25. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf. Acessado 27 de Novembro 2014.
26. Reis ABC. Educação Alimentar e Nutricional: Análise de um Projeto Interdisciplinar no Ensino Fundamental de uma Escola Pública de Salvador – Bahia. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.
27. Bizzo MLG, Leder L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. *RevNutr* 2005; 18: 661-667.
28. Barbosa NVS, Machado NMV, Soares MCV, Pinto ARR. Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. *Ciência & Saúde Coletiva* 2013; 18:937-945.

29. Camossa ACA, Telarolli Junior R, Machado MLT. O fazer teórico-prático do nutricionista na estratégia saúde da família: representações sociais dos profissionais das equipes. Rev. Nutr. 2012; 25: 89-106.
30. Bordenave JED. La Transferencia de TecnologíaApropiadaalPequeño Agricultor. Revista Interamericana de Educação de Adultos. 1980; 3: 75-102. *In:*Grandi M T. Capacitação Pedagógica do Programa de Formação de Pessoal de Nível Médio em Saúde (Projeto Larga Escala). OPAS, Brasília, 1983.
31. Boog MCF. Educação em Nutrição: integrando experiências. Campinas (SP): Komedi; 2013.
32. Buss PM, Cruz O. "Promoção da saúde." Uma Introdução ao Conceito de Promoção da Saúde. Fiocruz (2003).
33. Czeresnia D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: Czeresnia D, Freitas CM org. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p.39-53.

ARTIGO 2

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM UM MUNICÍPIO BRASILEIRO

Salvador
2015

Educação alimentar e nutricional no âmbito escolar: uma análise das ações desenvolvidas em um município brasileiro

Food and nutrition education in schools: an analysis of the actions developed in a Brazilian city

Educación alimentaria y nutricional enlasescuelas: unanálisis de lasaccionesdesarrolladasen un municipio brasileño

Resumo
Este estudo objetivou descrever e analisar ações de educação alimentar e nutricional (EAN) realizadas pelos nutricionistas no âmbito do PNAE em um município brasileiro. Trata-se de trabalho de natureza qualitativa que utilizou para produção de dados entrevistas semiestruturadas. Divergindo de estudos que destacam a insuficiência de atividades de EAN no âmbito escolar, os presentes resultados sinalizam um leque dessas ações que são desenvolvidas neste contexto com alunos e pais. De acordo com os nutricionistas, as ações são desenvolvidas através de palestras, atividades lúdicas (teatro de fantoches) e conversas. Quanto aos temas, destacam-se alimentação saudável, aproveitamento integral de alimentos e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). De forma geral, se configuram em abordagens baseadas na perspectiva tradicional da educação com tentativas de inovação e em uma concepção ainda restrita da alimentação e nutrição. Conclui-se que são necessárias formações em EAN com vistas a ampliar a concepção de educação bem como possibilidades de ações no campo.
Palavras chave: educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, nutricionistas, educação em saúde

Abstract
This study objects to describe and analyze Food and Nutritional Education (EAN) actions by dietitians from PNAE in a Brazilian city. It is a qualitative work which used semi-structured interviews to produce data. Diverging from studies that highlight insufficiency of EAN activities in school, these findings show a wide array of actions developed in this context involving parents and students. According with dietitians, these actions are developed through lectures, recreational activities (theatrical performance with puppets) and conversations. Healthy eating, integral food usage and non-transmissible chronic diseases are most approached subjects. In general, these are approaches based on education's traditional perspective, trying to improve a restrict conception of nutrition and education. It may be concluded that EAN's qualification are necessary, aiming to amplify education concepts and possibility of field actions as well.
Keywords: food and nutrition education, school Feeding, dietitians, health Education

Resumen
Este estudio objetiva describir y analizar acciones de educación alimentar y nutricional (EAN) realizadas por nutricionistas del PNAE en un municipio brasileño. Es un estudio cualitativo que utilizó entrevista semiestructurada. Divergiendo de estudios que destacan insuficiencia de actividades de EAN en escuelas, los resultados indican una serie de esas acciones que son desarrolladas en el contexto de estudiantes y sus padres.

Según los nutricionistas, las acciones son desarrolladas a través de conferencias, actividades recreativas (teatro de marionetas) y conversaciones. Ya en los temas, se destacan alimentación saludable, aprovechamiento integral de alimentos y Enfermedades Crónicas No Transmisibles (ENT). En general, se configuran en enfoques basados en la visión tradicional de la educación con intento de innovación y en una concepción restricta de alimentación y nutrición. En fin, son necesarias formaciones en EAN con objetivo de ampliar la concepción de la educación y posibilidades de acciones en el campo.
Palabras clabe: Educación alimentaria y nutricional, alimentaciónEscolar , nutricionistas, EducaciónenSalud

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), importante estratégia para promoção de hábitos alimentares saudáveis, apresenta relevância destacada nas políticas públicas em alimentação e nutrição como meio para alcance da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)[1,2,3]. Todavia, ainda se discute a insuficiência de referências sobre seu arcabouço teórico, metodológico e operacional[4]. Destaca-se o lançamento, no final do ano de 2012, do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas[5], no qual constam algumas diretrizes para orientar a realização destas ações.

Dentre essas políticas, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[6], considerado um dos programas mais antigos no país. Implementado em 1955, o PNAE vem sendo reformulado, no que se refere aos seus princípios, diretrizes e operacionalização, ao longo das décadas. Em uma de suas versões mais recentes, a Lei nº 11.947/2009[6] instituiu como a segunda diretriz do PNAE "a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escola" (p.1).

Em se tratando do contexto escolar, alguns documentos oficiais também embasam a realização das ações educativas, a exemplo da Portaria Interministerial nº 1010/2006[7], do Programa Saúde na Escola (PSE)[8], e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)/Saúde[9], que apresentam em seus texto o enfoque à alimentação adequada, abarcando a perspectiva da investigação de hábitos alimentares em diferentes realidades e culturas. Assim, reforça a ideia apontada por Freitas et al.[10] de que a alimentação é uma ação humana marcada pela natureza e pela cultura e que é preciso essa compreensão para atuar com EAN.

Nesta perspectiva, destaca-se o papel do nutricionista enquanto responsável técnico do PNAE[6] e das ações em EAN. Ou seja, o nutricionista, além de outras atribuições, assume a função de educador.

Diante do exposto, verifica-se um conjunto de normas e diretrizes que destacam a escola como ambiente promotor de práticas alimentares saudáveis e da EAN como estratégia necessária. Destaca-se a função do nutricionista enquanto profissional articulador para desenvolvimento das ações de EAN que sejam capazes de promover alimentação saudável e adequada, propiciando autonomia alimentar do indivíduo, e considerar seu contexto socioeconômico e cultural. Portanto, este estudo objetiva descrever e analisar como são desenvolvidas ações de educação alimentar e nutricional pelos nutricionistas no âmbito do PNAE em um município brasileiro.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. Deslauriers e Kérisit[11] consideram como uma pesquisa que coloca a questão dos mecanismos e dos atores (o "como" e o "que" dos fenômenos) por meio da precisão dos detalhes e fornecimento de informações contextuais.

Realizou-se o presente estudo entre maio e setembro de 2014, em um município brasileiro que contava com 13 nutricionistas atuantes no PNAE. Sua Secretaria de Educação possui 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), sendo cada uma destas, composta por cerca de 28 a 50 escolas. Quanto à distribuição dos nutricionistas, três atuavam na administração central e dez nas CREs. O campo empírico foi composto por 12 nutricionistas que aderiram voluntariamente à pesquisa.

Como técnica de produção de dados utilizou-se entrevistas individuais semiestruturadas associadas à observação participante de algumas atividades de EAN, que compunham o projeto do ciclo de palestras desenvolvido pelos nutricionistas nas escolas, com a devida anuência dos mesmos.

A entrevista na pesquisa qualitativa, de acordo com Poupart[12], permite a análise das realidades sociais segundo a perspectiva destes atores, abre possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas por eles e pode ser considerado um instrumento privilegiado de acesso às suas experiências. As mesmas foram orientadas por um roteiro com tópicos guia, como a atuação no PNAE e trajetória profissional, o campo de EAN na escola e a relação desta com a promoção da

alimentação saudável. As mesmas foram gravadas com equipamento portátil para posterior transcrição e análise.

A análise dos dados de acordo com Gaskell[13] objetiva procurar sentidos e compreensão. Assim, as entrevistas foram transcritas de modo a preservar a fala original dos sujeitos. Em seguida, a partir de leituras flutuantes deste material, foram identificadas e organizadas falas relacionadas à descrição das atividades desenvolvidas. Buscou-se relacionar os dados das entrevistas com os documentos impressos disponibilizados (folders).

Realizou-se a análise dos dados tendo como referência os princípios para ações de EAN que constam no Marco de Referência em EAN para Políticas Públicas[5] bem como algumas diretrizes da educação problematizadora, conforme proposto por Paulo Freire e suas reflexões sobre a prática educativa[14,15,16]. Foram considerados também alguns princípios teóricos metodológicos como uma perspectiva crítica da nutrição:a ciência da nutrição como construção histórica e social e não neutra e acabada a ser repassada para participantes, contrapondo a normatividade e prescritividade; consideração do seu carater interdisciplinar, assumindo a centralidade das demais áreas do conhecimento, a exemplo das ciências sociais e humanas, e não apenas a biomedicina; reconhecimento da construção histórica do conceito de alimentação saudável e de que o mesmo não deve ser normativo e prescritivo e sim propositivo. Considera, portanto, que esta é uma concepção (ou concepções) a ser contextualmente trabalhada junto aos grupos promovendo a interação de saberes, como os populares e científicos, conforme descrito por Amparo-Santos [17].

Os dados foram sistematizados e organizados no tópico: a) Executando atividades em EAN na escola; e em seus subtópicos: a.1) Palestras; a.1.1) Conversas e; a.2) Atividades lúdicas.

Este trabalho encontra-se de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 (BRASIL, 2012)[18], e foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia através do parecer nº. 661.041 em 26/05/2014. Todos os seus participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados e discussão

Os estudos que investigam o desenvolvimento de atividades de EAN pelos nutricionistas no âmbito escolar identificam uma insuficiência em sua prática e a dificuldade desta realização diante das outras atribuições[19,20]. Entretanto, os resultados deste artigo sinalizam um conjunto de atividades de educação alimentar e nutricional que são desenvolvidas neste contexto, no município estudado.

Observou-se que estas atividades acontecem por meio de articulação, entre nutricionistas, professores, gestores escolares, merendeiros e pais. Portanto, as análises destes dados buscarão compreender o modo como tais ações são concebidas, executadas e avaliadas com vistas a ampliar a compreensão sobre o tema.

Executando atividades em EAN na escola

As ações educativas em alimentação e nutrição são direcionadas aos alunos dos três grupos da educação (infantil, fundamental e de jovens e adultos), além de atividades para os pais e/ou responsáveis e formações para os merendeiros.

As formações para merendeiros são desenvolvidas com temáticas variadas incluindo higiene e manipulação de alimentos, uso do fardamento, segurança alimentar, legislação do PNAE e educação alimentar e nutricional e, por vezes, são consideradas atividades de EAN. Quando questionada sobre quais atividades de EAN desenvolve, uma nutricionista responde:

> Eu fiz avaliação antropométrica, tive algumas conversas em creches com as crianças, já fiz palestras em duas unidades escolares com pais e responsáveis e duas formações específicas com merendeiras. Não sei se você considera isso atividades... (N.*F*)

Além desta referência à formação para merendeiros, em outros relatos emergem a dúvida do que consideram atividade educativa, trazendo à tona um questionamento bastante presente: o que de fato seria educação alimentar e nutricional? Tal discussão baseia-se na compreensão de que atividades de EAN são aquelas dirigidas a qualquer público com vistas a promover reflexão sobre seus hábitos alimentares e os fatores a ele relacionados. Desta forma, atividades de formação para os merendeiros se relacionam a esta concepção, mas a depender da forma como são desenhadas, podem não atingir o objetivo da EAN.

Destaca-se que alguns entrevistados mencionam a alimentação saudável como um tema das formações e ressaltam o papel dos merendeiros como importantes agentes

nesse processo, pois lidam diretamente com os escolares e podem incentivá-los a se alimentar bem, percepção pertinente, já que a formação de atores para desenvolver EAN é uma estratégia para promover bons hábitos alimentares.

Cabe considerar que a avaliação antropométrica desenvolvida para diagnosticar e acompanhar mudanças no perfil nutricional pode ser utilizada para outros fins. Neste caso, o uso pedagógico da mesma poderia aproximá-la de uma estratégia de EAN.

Nos relatos os nutricionistas destacam que discutiram entre si a necessidade de fazer mais do que apenas avaliar os alunos e, então, passaram a associar esta atividade a orientações nutricionais, palestras e outros modos para trabalhar alimentação e nutrição.

Outras abordagens como as "conversas com crianças" e "palestras com pais e responsáveis" aparecem no discurso. Tal referência e o uso do termo "conversa" parecem denotar adequação à idade, ao lúdico, a uma metodologia menos elaborada, enquanto "palestras com os pais" sugere conduzir a algo mais formal. Surge nesse contexto uma distinção de abordagens, já que, para crianças, o uso do lúdico apresenta-se acentuado e, para os escolares de maior faixa etária, com capacidade de "compreensão" – como alguns entrevistados marcam – a palestra representa a melhor opção. De todo modo, nota-se uma tentativa de atividades menos formais e tradicionais que serão discutidas posteriormente.

No que se refere às atividades de EAN dirigidas aos alunos, seus objetivos não se apresentam claramente definidos, aparecem implícitos e geralmente visam reduzir o consumo de guloseimas, ensinar sobre alimentação saudável e corrigir hábitos alimentares considerados inadequados.

Quanto à estratégia educativa, costumam-se utilizar palestras, seguidas de dinâmicas para descontrair e facilitar o aprendizado, associadas à distribuição de folders informativos e brindes, incluindo avaliação antropométrica, atividades lúdicas (teatro de fantoches), "conversas" e implantação da horta escolar.

Na maioria dos casos, as atividades possuem dois pontos de partida: podem ter sido pensadas pelos nutricionistas e/ou solicitadas pelos gestores escolares, sendo esta última a de maior frequência.

Palestras

A palestra é a modalidade de atividade educativa mais desenvolvida no município estudado. Este achado corrobora o que Ramos, Santos e Reis[21] destacaram

em revisão de literatura sobre estudos de educação alimentar e nutricional em escolares desenvolvidos no Brasil quanto a predominância de palestras e apresentações como estratégias educativas.

No presente estudo, todos os nutricionistas que trabalham diretamente nas CREs relataram a realização regular de palestras nas escolas. Os gestores escolares, quando as solicitam, na maioria das vezes apresentam um tema pré-definido que gira em torno da alimentação saudável, e destacam essa necessidade devido ao excesso de guloseimas que observam ser consumido pelos alunos e/ou pela não aceitação da merenda escolar.

Cabe problematizar se as ações de EAN, do modo como são desenvolvidas, poderiam de fato reverter o quadro de baixa aceitação da alimentação escolar. Neste caso, a estratégia educativa parece estar pautada numa tentativa de "convencimento" a consumir as preparações que são ofertadas pelo Programa. De outra maneira, essa estratégia poderia perpassar por uma reavaliação e reorganização do cardápio, que envolvesse também os alunos.

Essas palestras são dirigidas aos escolares, com maior frequência, aos pais e a participação dos professores e gestores escolares depende da disponibilidade dos mesmos no momento da atividade. Quanto à utilização de palestras, sabe-se que as práticas educativas em saúde no início do século XX eram responsabilidade compartilhada entre trabalhadores da educação e saúde. Além disso, as mesmas não eram prioridade para a área da saúde, sendo seu objetivo principal "domesticar as pessoas para obedecerem a normas de conduta"[22].

Nesse sentido, o foco dessas práticas educativas em saúde estava centradona mudança de comportamentos e as técnicas mais utilizadas eram as palestras com temas previamente definidos, que habitualmente se limitavam a transmissão de conteúdos[22]. Gazinelliet al.[23] destacam que, teoricamente, as concepções das práticas de saúde deterministas e pautadas nos modelos da psicologia comportamental foram superadas, pois se nota uma evolução dos referenciais teóricos postos à disposição de educadores e de pesquisadores, embora considerem que a prática não acompanhou tal reorientação, já que o fazer pedagógico permanece pautado no modelo behaviorista.

Em se tratando de educação alimentar e nutricional, considerada uma vertente da educação em saúde, as concepções sobre as práticas educativas não diferem. Historicamente, a EAN foi marcada por atuação prescritiva e normativa acerca dos

alimentos e seus benefícios à saúde, pautada em abordagens cujos objetivos se relacionam com mudanças no comportamento alimentar[24,25].

No estudo em questão, os nutricionistas referem que, em alguns casos, a atividade se transforma em "conversa" ou "bate papo", devido à interação com os participantes. Uma entrevistada destaca que se preocupa em organizar os slides contendo perguntas visando estimular a participação como, por exemplo, "O que é alimentação saudável?" ou "O que você entende disso?" (N.*I*). Os profissionais relatam a necessidade de fazer algo dinâmico, que leve os participantes, principalmente os alunos, a "interagir" e que "chame mais atenção".

Observa-se que, não obstante os nutricionistas desenvolvam as tradicionais palestras como estratégia educativa sinalizam em seu discurso modificações que acontecem no momento da atividade, de modo a torná-las menos tradicionais.

> [...]. Era sobre alimentação na escola, mais um **bate-papo** né, do que era servido na unidade escolar, do que eles se alimentavam em casa. Porque eles tinham aquele tipo de alimentação dentro de casa? Porque eles não queriam se alimentar na escola? Era mais um **bate-papo** mesmo e ai eles desenvolviam algumas atividades na sala de aula (N.*B*) (grifos nossos)

Os entrevistados corroboram com estas perspectivas: "[...] Não seguiu aquela palestra né, montada, foi mais um **bate-papo** mesmo" (N.*G*). "Foi mais participativo também, porque como sempre nas palestras que a gente faz, a gente procura fazer o quê? Não só chegar explicar, falar, falar não, mas assim lançar algumas perguntas [...]" (N.*I*).

Bate-papo, de acordo com o dicionário mini Aurélio[26], é sinônimo de papear que significa conversar, prosear; o dicionário online de português[27] define como conversa informal, descontraída; e o minidicionário Ediouro de Língua Portuguesa[28] o define como conversa simples, amigável; papo. Todas essas definições caracterizam situação de "conversa" informal, entre pares. Ao denominar a atividade de EAN que desenvolvem como "bate-papo" os nutricionistas parecem querer traduzir a atividade desenvolvida em situação mais intimista.

Essa perspectiva reconhece a limitação da palestra como uma atividade tradicional/formal e, dentro deste contexto, buscam outras possibilidades.Condisera-se como uma atividade/abordagem tradicional, conforme descrito por Mizukami[29] (1986),

aquela em que o ensino é centrado no professor, parte-se do pressuposto de que o aluno deve ser capaz de acumular/armazenar informações e que a educação é caracterizada por transmissão de conhecimentos. Boog[29] destaca que "a abordagem que o profissional imprime a sua prática vai depender, sobretudo, da bagagem que ele traz das ciências humanas. Se ele não tem essa bagagem, geralmente a abordagem é tradicional" (p.39). Essa abordagem supracitada pressupõe que uma alimentação tida como inadequada é proveniente da falta de informação sobre alimentação saudável, pensamento que perdurou por muitos anos em torno da EAN e foi destacado por Lima (2004)[30] como "tese da ignorância alimentar".

É nesta esteira que surge a palestra na EAN, como a possibilidade de passar informações corretas sobre uma boa alimentação. Entretanto, embora haja críticas como as anteriormente referidas, Boog[29] assinala que uma palestra pode ser desenvolvida de forma desafiadora e provocativa de modo a levar as pessoas a buscarem por si e refletirem sobre possíveis respostas. Obviamente, essa condição depende da perspectiva adotada pelo palestrante, mas é válido ressaltar que o sucesso da palestra em estimular a reflexão sobre a alimentação depende do objetivo e de como a mesma é desenvolvida.

A autora destaca ainda a possibilidade de diálogo aberta por essa estratégia; diálogo na perspectiva discutida por Freire[16] como uma exigência existencial: "Ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias".

Os nutricionistas afirmam as limitações da palestra no sentido de atrair o interesse dos escolares e pensam em formas de torná-la mais atrativa ao público, principalmente aos adolescentes.

> Eu creio que a gente tá num caminho certo assim de trabalhar mais no prático, que eu acho que não adianta a gente só colocar, como eu já fiz inicialmente de colocar **uma palestra lá no slide e começar a falar, falar, falar...** Eu creio que o prático mais no dia-a-dia deles, o que eles fazem na escola, o que eles fazem em casa eu acho que é mais prático a gente trabalhar [...] (N.*B*) (grifos nossos).

A colocação acima destaca a necessidade que os nutricionistas apresentam de buscar superar o modelo tradicional e as atividades lúdicas aparecem como alternativa. O relato sobre como era realizada a palestra pela nutricionista B, traduz uma ação

educativa cujo foco aparece centrado no palestrante e no saber técnico científico. Destarte, a partir da experiência com algo que deu ou não certo, pensa-se em buscar alternativas diante do que se tem como referência e, na situação posta, isso se evidencia nas tentativas de "dinamizar" a atividade.

Na fala "Eu creio que o prático mais no dia-a-dia deles, o que eles fazem na escola, o que eles fazem em casa" (N.*B*), surge a noção de trabalhar com a realidade dos escolares, destacando atividades práticas. Sobre isso, Freire aborda na primeira etapa do método da problematização, que se constitui na leitura de mundo, a iniciativa que o educador deve ter de propor situações em que o educando possa olhar para sua própria realidade e refletir sobre ela[14] para que, desse modo, busque soluções contextualizadas.

Ainda na descrição de como executam as palestras, uma nutricionista cita que geralmente utiliza imagens comparativas entre um adolescente obeso e um eutrófico com os possíveis alimentos consumidos por cada um. Outra destaca que acredita que o uso de vídeos e abordagens em grupos com menos alunos contribuem para alcançar os objetivos e atrair a atenção dos escolares.

Essa ação dos nutricionistas, mesmo que intuitiva e nem sempre reflexiva, remete ao que Melo[31], aborda ao discutir a aprendizagem na perspectiva do ator-rede, segundo a qual os seres humanos estabelecem uma rede social e interagem entre si e com outros materiais. Nessa ideia, discute o olhar para as resistências em humanos e não humanos como uma estratégia de sobrevivência e que "aprender/ensinar tem muito a ver com esse olhar, com esta atenção àquilo que resiste, porque são essas recalcitrâncias que podem nos propiciar uma reorientação de estratégias na busca por melhores efeitos" (p.185).

A autora retoma ainda o significado da palavra *traduzir* como o de tornar uma linguagem compreensível e, assim, poderia se entender a aprendizagem como ação que traduz e transforma, em que tanto aquele que ensina como aquele que aprende precisam encontrar pontos de passagem para tornar a tradução possível.

Considerando as colocações de Freire[15] de que "ensinar exige reflexão crítica sobre a prática" e o saber que a prática docente espontânea produz é um saber ingênuo, destaca-se que a tentativa de "dinamizar" as atividades partindo da experiência carece também de aprofundamento teórico sobre o tema. Segundo o autor, na reflexão crítica é necessário "o fazer e o pensar sobre o fazer" que os levariam ao que o mesmo define como *curiosidade epistemológica*, nesse sentido, fundamental para aperfeiçoar as

práticas em EAN, área que está em processo de desenvolvimento teórico metodológico, na qual se repensa principalmente a concepção da prática educativa em alimentação e nutrição.

Outro ponto importante na descrição da atividade educativa utilizando imagens comparativas feita pela nutricionista é a concepção de alimentação e nutrição implícita no seu desenho. Esta perpassa uma compreensão do tema limitada à ingestão de alimentos para nutrir o corpo e atender às necessidades nutricionais, na medida em que considera que a ingestão de alimentos excessivamente calóricos resultará em um jovem obeso.

De modo algum se pensa em negar a importância de uma alimentação balanceada e adequada, entretanto a mesma não pode ser reduzida à ingestão de nutrientes. A redução do fenômeno da alimentação à ingestão adequada de nutrientes é considerada uma característica da nutrição moderna[32,10,29]. Contudo, há atualmente uma discussão atualizada quanto a este fenômeno. Conforme reitera Amparo-Santos[33] "a compreensão do ato alimentar como uma prática social que traz à tona as dimensões socioculturais, valores simbólicos, afetivos e sensoriais da alimentação, do alimento e do comer, bem como a valorização das diferentes expressões de identidade e cultura alimentar e do fortalecimento de hábitos alimentares regionais" (p.597) tem sido afirmada nas políticas públicas de alimentação e nutrição mais atuais. Este fato necessariamente implica em pensar práticas de EAN que incorporem uma dimensão ampla do ato de comer.

A partir desta discussão, podemos inferir que o desenvolvimento das palestras pelos nutricionistas é marcado por um conflito de perspectivas entre a abordagem metodológica utilizada e a necessidade de inovação, envolvendo a concepção de prática educativa e de alimentação e nutrição que, se ampliada, pode contribuir para o aprimoramento das ações de EAN.

Ao final das palestras ocorre entrega de folder informativo, contendo informações sobre o tema abordado. Pela descrição do conteúdo do material, observa-se que os mesmos se configuram como "banco" de informações a ser consultado pelos participantes.

De maneira mais específica, estes materiais informam sobre doenças e buscam reforçar orientações transmitidas oralmente, perspectiva elencada por Freitas e Rezende Filho[34] em uma pesquisa sobre modelos de comunicação e uso de impressos na

educação em saúde. Os autores ressaltam a necessidade de ouvir os sujeitos na construção dos materiais, utilização e avaliação destes, no sentido de melhorar a qualidade da comunicação.

Os nutricionistas referem ainda que constroem a apresentação sob forma de slides. Pondera-se, entretanto, a centralidade que o recurso dos slides assume nas atividades. Colocado desta maneira, o mesmo se configura o meio pelo qual as informações são expostas e apresentadas, o que pode comprometer as possibilidades de interação, cabendo repensar o uso da ferramenta.

Conversas

As "conversas" como estratégia educativa no presente estudo são bastante utilizadas com o público infantil. Sobre uma atividade desenvolvida por nutricionista, de forma independente, em uma CRE, a profissional descreve que a conversa foi realizada com o grupo de educação infantil e elaborada por ela mesma. Segundo o relato, através de pesquisa de vídeos e artigos, identificou-se que os alunos nesta faixa etária "são muito ligados em cores". A nutricionista relata que preparou desenhos de frutas e, a partir destes, questionou os alunos sobre quais frutas estavam representadas, para que serviam e qual sua cor. Essa ação foi desenvolvida apenas em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).

> "No ensino infantil, lá no CMEI (A), eu sentava com eles né, com os pequenininhos e tinha os desenhos das frutas, então eu perguntava pra eles e o que é a maçã, pra que serve, agora desenha a maçã, que cor é a maçã? [...]" (N.*B*).

A atividade trabalha com os sentidos da alimentação. A visão é de fato um dos sentidos essenciais no reconhecimento dos tipos de alimentos e das características que lhes são peculiares. Boog[26] escreve que "a educação em nutrição envolve percepções sensoriais (paladar, olfato, visão, audição, tato) que são assimiladas culturalmente como agradáveis ou desagradáveis", destacando que a EAN historicamente esteve mais voltada à racionalidade e pouco explorou tais aspectos que são importantes na alimentação. Dessa forma, explorá-los se apresenta como estratégia inovadora que, conforme destaca o Princípio IV do Marco de Referência, tem o alimento como referência e expande suas dimensões.

Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre a roda de conversa na educação infantil, Ryckebusch[35] encontrou, para além da escassez de produções acadêmicas na área, que a "Roda de Conversa" é prática educativa essencial no desenvolvimento das crianças e os estudos apontaram para "sua importância como um momento privilegiado para a promoção da socialização, do desenvolvimento de afetividades, de construção de vínculos e de constituição de sujeitos críticos (autonomia e pensamento divergente) e criativos (ressignificações)"(p.39). Assim, ao transpor essa estratégia para a prática educativa em alimentação e nutrição, nota-se sua contribuição para a criticidade do sujeito em relação à sua alimentação.

Entretanto, a autora tece algumas críticas ao modo como pode ser desenvolvida a metodologia, num sentido em que a roda se torne "um mero dispositivo pedagógico rotinizado e com fim em si mesmo. Numa crítica mais contundente: promotora da educação domesticadora" (p.40).

Na ação descrita pelo nutricionista, embora seja uma estratégia inovadora, cabe atentar ao modo como é desenvolvida, quais questões são propostas. Há estímulo para aguçar a curiosidade das crianças sobre aspectos relacionados à alimentação e nutrição? Há acolhimento das questões levantadas pelas crianças? Por isso é indispensável à reflexão sobre o objetivo e o método a ser utilizado na atividade.

Atividades lúdicas

As atividades lúdicas são citadas pelos nutricionistas quando as ações são voltadas para o público infantil. Segundo eles, as crianças aprendem e interagem mais dessa forma.

A principal atividade lúdica relatada foi o teatro de fantoches intitulado "O sanduíche da galinha Maricota", que integrou um projeto desenvolvido pela equipe, no ano anterior (2013), buscando contemplar uma escola em cada CRE. Nesse projeto, realizava-se avaliação nutricional dos alunos do ensino infantil e/ou fundamental a depender da escola escolhida e, em seguida, uma atividade educativa que, no caso do ensino infantil, era o teatro referido.

Nesta peça, a galinha deseja montar um sanduíche e, à medida que se escolhem os ingredientes, discute-se a composição nutricional e a importância do consumo dos alimentos. Segundo os entrevistados, houve boa resposta dos alunos à atividade.

"E aí ela montava o prato dela e sempre vinha uma pessoa e dava uma opinião sobre aquilo ou com uma alimentação que não fazia nada que não era saudável na verdade e no final a galinha Maricota ela explicava e aí a gente virava para o público infantil" (N.*D*). Aqui, destaca-se a preferência dos nutricionistas por atividades lúdicas em relação às palestras para o referido público.

Outros entrevistados complementam "[...] a gente criou uma atividade lúdica, não aquele negócio de tá colocando slide falando pra chamar mais a atenção delas. **Eu acho que grava mais assim,** fazendo uma peça e aí a gente resolveu fazer esse teatrinho" (N.*C*). Quanto ao uso de atividades lúdicas, Dallabona e Mendes[36] destacam é uma das maneiras eficazes de envolver o aluno nas atividades, especialmente as crianças.

Ademais, as falas demonstram que tal ferramenta é vista ainda como estratégia para facilitar a transmissão do conteúdo, uma vez que esses alunos, nesta faixa etária, não teriam capacidade para compreender o ensinamento na forma tradicional.

Essa noção se relaciona com a perspectiva comportamental da educação, pois busca elaborar estratégias adequadas à faixa etária, e formas de captar o interesse desses indivíduos para a atividade desenvolvida, neste caso, visando a adoção de hábitos alimentares saudáveis, conforme ponto de vista semelhante apresentado em alguns estudos[37,38,39].

Em se tratando do teatro, que é a estratégia relatada pelos nutricionistas, sabe-se que é ferramenta com uso disseminado em práticas educativas. Dallabona e Mendes[36], ao revisarem a importância do lúdico na educação e desenvolvimento infantil com base em autores conceituados sobre o tema, ressaltam que:

> O lúdico permite um desenvolvimento global e uma visão de mundo mais real. Por meio das descobertas e da criatividade, a criança pode se expressar, analisar, criticar e transformar a realidade. Se bem aplicada e compreendida a educação lúdica poderá contribuir para a melhoria do ensino, quer na qualificação ou formação crítica do educando, quer para redefinir valores ou para melhorar o relacionamento das pessoas na sociedade (p.2).

Quando questionada sobre a melhor forma para se trabalhar EAN, uma nutricionista ressalta as atividades lúdicas. "A melhor forma eu considero assim que seria mais para basicamente trabalhar com a parte do lúdico, com a interação deles

também, mas com a questão lúdica também que eles se interessam mais, desperta um interesse maior" (N.*I*).

Entretanto, embora reconhecida a importância do lúdico, especialmente do teatro, destaca-se que a concepção educativa que subsidia essa prática é um ponto chave para discussão. Primeiro, considera-se que, no âmbito da EAN, tal estratégia pode ser utilizada tanto com vistas à promoção da reflexão pelo indivíduo sobre sua alimentação e hábitos alimentares como apenas à reprodução de algumas normas quanto ao comer. Sgarbiero[40] destaca que "o teatro é sabidamente uma forma muito eficiente na transmissão de novas ideias. Sejam elas de libertação ou dominação para quem a está recebendo" (p.6), fazendo um paralelo com a cultura alimentar, existe essa possibilidade.

Conclusão

Perante os dados apresentados pode-se destacar que ações de educação alimentar e nutricional são frequentemente desenvolvidas no espaço escolar do município estudado, tendo o nutricionista um papel central na sua realização. Nota-se que as palestras ainda predominam enquanto estratégia educativa utilizada, mas ressaltam-se as questões sinalizadas pelos entrevistados quanto às limitações do método e as tentativas de inovar. Percebe-se que as atividades lúdicas são vistas como mais apropriadasao público infantil e que há essa diferenciação considerando a faixa etária trabalhada.

Cabe pontuar que a eleição dos temas das atividades é feita com base na experiência dos profissionais sejam eles os gestores, professores, coordenadores pedagógicos ou os nutricionistas as atividades desenvolvidas não incluindo os demais sujeitos neste processo. Salienta-se, entretanto, que as atividades desenvolvidas por outros profissionais não foram o foco deste estudo.

A avaliação da atividade, na perspectiva dos participantes, não aparece como prática frequente, embora conste no relato de alguns profissionais. Geralmente, o retorno acontece por parte do gestor escolar que relata observar as mudanças no comportamento alimentar dos alunos, ou através da observação pelos próprios nutricionistas no momento da visita às escolas. Sugere-se a utilização de métodos de avaliação da atividade a partir da perspectiva do sujeito, de modo a subsidiar a reelaboração de ações mais apropriadas aos objetivos da EAN.

Ressalta-se que a concepção educativa em alimentação e nutrição ainda aparece de modo prescritivo, na medida em que centraliza nos alimentos e sua relação com aspectos biológicos e restritivo, uma vez que não incorpora outras dimensões que envolvem a alimentação e nutrição bem como a de prática educativa. Deste modo, considera-se a necessidade de formações em EAN com vistas a proporcionar um leque maior de possibilidades para este profissional no seu contexto de trabalho.

Referências

1. Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. Política nacional de alimentação e nutrição. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.
2. Instituto da Cidadania. Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto da Cidadania; 2001.
3. Brasil. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 26 ago.
4. Santos LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. Ciênc Saúde Coletiva. 2012; 17(2): 453-62.
5. Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2012.
6. Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União2009; 16 jun.
7. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Portaria interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União2006; 9 maio.
8. Brasil. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2007; 6 dez.
9. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Acesso em 10 jan. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf.
10. Freitas MCS, Minayo MCS, Fontes GAV. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. Ciência e Saúde Coletiva. 2011**;**16(1): 31-8.
11. Deslauriers J-P, kérisit M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: Poupart, J et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Maria Nasser. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008. p. 127-211.

12. Poupart, J. A entrevista de tipo qualitativa: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: Poupart, J et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Maria Nasser. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008. p. 215-252.
13. Gaskell G. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer MW, Gaskell G, eds. *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som*; tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. Ed. Petropólis, RJ; Vozes; 2008: 64-89.
14. Freire P. Educação como prática da liberdade. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1994. 157p.
15. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2013.143p.
16. Freire P. Pedagogia do oprimido. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2011. 253p.
17. Amparo-Santos L, Soares, MD, Magalhães LM, Reis ABC, Porcino DC, Santos MO, Silva ICF, Passos JA. Segurança Alimentar e Nutricional e Tecnologias Sociais em Educação Alimentar e Nutricional: notas sobre um projeto de pesquisa e extensão. Segurança Alimentar e Nutricional. 2013, 20(Supl): 156-168.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012.Aprovar diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
19. Mello AL, Vidal Júnior PO, Sampaio LR, Santos LAS, Freitas MCS, Fontes GAV. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. Rev. Nutr. 2012, 25(1): 119-32.
20. Caniné ES, Ribeiro VMB. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. Ciência & Educação. 2007, 13(1): 47-70.
21. Ramos FP, Santos LAS, Reis ABC. Educação Alimentar e Nutricional em escolares: uma revisão de literatura. Cad. Saúde Pública. 2013 Nov; 29(11): 2147-61.
22. Alves GG, Aerts D. As práticas educativas em saúde e a Estratégia Saúde da Família. Ciência & Saúde Coletiva. 2011, 16(1): 319-25.
23. Gazinelli FG, Gazinelli A, Reis DC, Penna CMM. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. Cad Saúde Pública 2005 Jan/Fev; 21(1):200-6.
24. Castro IRR, Souza TSN, Maldonado LA, Caniné ES, Rotenberg S, Gugelmin SA. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. Rev. Nutr. 2007 Nov/Dez; 20(6): 571-88.
25. Boog MCF. Educação nutricional: passado, presente, futuro. Rev Nutr PUCCAMP 1997 Jan/Jun; 10(1): 5-19.
26. Ferreira ABH. Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2001. 790p.
27. Dicionário online de português [internet]. [citado 2015 28 de janeiro]. Disponível em <http://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=bate+papo>.
28. Ximenes, Sérgio. Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa. 2 ed. reform. São Paulo: Ediouro; 2000.
29. BOOG MCF. **Educação em Nutrição**: integrando experiências. Campinas (SP): Komedi; 2013. 267p.

30. Lima ES, Oliveira CS, Gomes MCR. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). HistCiênc Saúde-Manguinhos 2003 Mai/Ago; 10(2): 604-35.
31. Melo MFAQ. Discutindo a aprendizagem sob a perspectiva da teoria ator-rede. Educar em Revista. 2011 Jan/Abr; (39): 177-90.
32. Carvalho MCVS, Luz MT, Prado SD. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica.Ciência & Saúde Coletiva. 2011; 16(1):155-63.
33. Amparo-santos L. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. Rev. Nutr. 2013 Set/Out; 26(5): 595-600.
34. Freitas FV, Rezende Filho LA. Modelos de comunicação e uso de impressos na educação em saúde: uma pesquisa bibliográfica. Interface - Comunic., Saude, Educ. 2011 Jan/Mar; 15(36): 243-55.
35. Ryckebusch CG.A Roda de Conversa na Educação Infantil:uma abordagem crítico-colaborativa na produção de conhecimento [Tese]. [São Paulo (SP)]: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Puc-SP; 2011.226p.
36. Dallabona SR, Mendes SMS. O lúdico na educação infantil. Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG. 2004; 1: 107-12.
37. Baskale H, Bahar Z, Baser G, Ari M. Use of Piaget´s theory in preschool nutrition education. Rev. Nutr. 2009 Nov/Dez; 22(6): 905-17.
38. Juzwiak CR. Era uma vez... Um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. Interface – comunicação, saúde e educação. 2013 Abr/Jun; 17(45): 473-84.
39. Mizukami MGN. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
40. Sgarbieiro M. O teatro como meio para a reflexão em projetos sociais: uma análise da oficina de teatro do Cepas. 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender as acepções que os nutricionistas atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar atribuem à educação alimentar e nutricional em um município brasileiro. Entretanto, como já referido na apresentação, o estudo se voltou à análise das práticas de EAN.

Concluímos que as ações de EAN são frequentemente desenvolvidas no município estudado. Estas acontecem por meio de uma articulação que envolve os gestores escolares que percebem as demandas das escolas como também pelos professores e coordenadores pedagógicos que desenvolvem projetos, incluindo o tema alimentação e nutrição além dos merendeiros, pais e alunos que, em geral, são os sujeitos das ações e que colaboram para o desenvolvimento destas práticas.

Nesse sentido, reforça-se a relevância do tema no âmbito escolar e como este é mobilizador na medida em que agrega diferentes atores. Considerando estas questões, a partir das análises realizadas foi possível concluir que, embora presentes e tidas como relevantes, as ações de EAN apresentam limitações quanto ao modo como são planejadas e desenvolvidas.

Apesar do avanço observado quanto a sua concepção nas politicas públicas em alimentação e nutrição, o mesmo não se observa na prática. Constatou-se que ainda não há articulações intersetoriais solidificadas, discussões pautando sua inclusão no currículo escolar, bem como realização de atividades em parceria, fato que ratificaria a compreensão da EAN como tema intersetorial e interdisciplinar. Assim, é possível que a EAN ainda seja vista de forma disciplinar, em que compete ao nutricionista ensinar o que se deve ou não comer, de modo adequado à faixa etária dos escolares.

A não institucionalização da EAN fica perceptível também pela ausência de financiamento destas ações, de modo que, por vezes, cabe aos profissionais arcar com os custos das atividades. Nota-se também que, aliado às condições estruturais precárias para o desenvolvimento das atividades, a mesma ainda é marcada pela concepção prescritiva e normativa da alimentação e nutrição, evidenciada pelos temas eleitos para as ações bem como pelos objetivos elencados para as mesmas.

Soma-se a isso que as estratégias educativas utilizadas nas atividades, de modo geral, se voltam também a esta concepção. Todavia, ante a predominância de estratégias baseadas na perspectiva tradicional da educação, os nutricionistas retratam em sua fala

uma preocupação com a dinamização e interatividade das atividades, de modo que se tornem algo menos formal e “atraente” para o público.

Sendo assim, conclui-se por fim, que formações em EAN envolvendo toda comunidade escolar podem contribuir para o aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito do PNAE, bem como para ampliação da compreensão da alimentação e nutrição.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi-estruturada

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ALIMENTAÇÃO E CULTURA – NEPAC

ACEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCACAO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Data: / /
BLOCO I – Dados de identificação
Nome: Data de Nascimento:
E-mail: Tel:
CRE em que trabalha: Horário da entrevista:
Entrevistadora: Flavia Ramos Orientadora: Ligia Amparo
Apresentação do propósito da entrevista e acordos - tempo, uso do gravador e a utilização do material produzido.

BLOCO I – Narrativa sobre a atuação no PNAE e a trajetória profissional

- Descrição sobre o trabalho (atividades que desenvolve)
- Quando começou atuar no PNAE, o tempo neste emprego e porque a opção pelo Programa
- Quando concluiu a graduação, em qual instituição de ensino, áreas de atuação profissional

BLOCO II – Sobre a EAN na escola

- Como tem sido o campo da EAN na escola (o que tem desenvolvido e o que nao)
- Investigar detalhes do planejamento, execução e avaliação das ações, caso desenvolvidas
- Como são desenvolvidas essas ações (investigar se existem parcerias, como os alunos reagem, quais as principais dificuldades e quais as possibilidades).

BLOCO IV – Sobre a EAN e como esta pode contribuir para a alimentação saudável

- O que acha que poderia ser desenvolvido de forma diferente, qual maneira
- Como vê a relação da EAN com a promoção da alimentação saudável
- Como vê a EAN no ambiente escolar;
- Como acha que pode ser desenvolvida a prática educativa (destacar o entende como EAN)

APÊNDICE B – Roteiro de observação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ALIMENTAÇÃO E CULTURA – NEPAC

ACEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCACAO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- Descrição do local onde as ações de EAN acontecem incluindo o lugar, os objetos, o ambiente;
- Descrição dos participantes envolvidos na atividade desde o seu planejamento contemplando características, nomes, funções;
- Descrição das atitudes do nutricionista, dos alunos e dos demais atores ali presentes, de como estes se colocam antes, durante e após as atividades;
- Descrição das finalidades dessas ações bem como dos objetivos elencados para tais;
- Descrição de como acontece a ação principalmente dos discursos, as interações ali presentes, dos gestos e reações dos atores envolvidos;
- Descrição do que se repete nesse percurso, da frequência da ação;

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ALIMENTAÇÃO E CULTURA – NEPAC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) senhor (a),

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário da pesquisa intitulada **"**Acepções e Práticas de Educação Alimentar e Nutricional no Âmbito do Escolar**".**

Esta pesquisa tem comoobjetivo Compreender as acepções que os nutricionistas atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar atribuem a educação alimentar e nutricional em um município brasileiro. Justifica-se pela importância da escola enquanto ambiente promotor de hábitos alimentares saudáveis e da função do nutricionista enquanto profissional articulador para o desenvolvimento dessas ações. Sua participação consiste em conceder de uma entrevista e permitir a observação das atividades educativas desenvolvidas nas escolas incluindo seu planejamento, não acarretando em nenhum risco ou desconforto a sua saúde.

Ao participar desta pesquisa o senhor (a) estará contribuindo para a compreensão sobre as acepções sobre educação alimentar e nutricional bem como para a construção de conhecimentos sobre o desenvolvimento dessas ações de forma a cooperar para elaboração de propostas e ações que visem à promoção da alimentação saudável, da saúde e da segurança alimentar e nutricional dos escolares.

Você tem o direito garantido de recusar ou retirar seu consentimento, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidencias, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com o

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, localizada na Avenida Araújo Pinho nº 32, Canela, telefone (71) 3263-7710/7704, através do e-mail enufba@ufba.br/cepnut@ufba.br ou com Flavia Pascoal Ramos (Pesquisadora responsável), através do emailramospflavia@gmail.com ou telefone (71)8669-3968 ou ainda com Ligia Amparo da Silva Santos (Professora orientadora), através do emailamparo@ufba.br.

Eu, _____, RG _____, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, de como se dará minha participação e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

_____

Voluntário Pesquisadora responsável

APÊNDICE D- Projeto apresentado na qualificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE

FLAVIA PASCOAL RAMOS

PROJETO DE PESQUISA

ACEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Salvador

2014

FLAVIA PASCOAL RAMOS

ACEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós Graduação em Alimentos Nutrição e Saúde, da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof[a]. Dr[a] Lígia Amparo da Silva Santos

Salvador

2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 66

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 68

2.1. EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS 68

2.2. O NUTRICIONISTA E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS 70

3. OBJETIVOS 74

3.1. Geral 74

3.2. Específicos 74

4. METODOLOGIA 74

4.1. A NATUREZA DO ESTUDO 74

4.2. LOCAL DO ESTUDO E UNIVERSO EMPÍRICO 74

4.3. TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE DADOS 40

4.4. ANÁLISE DE DADOS 76

4.5. ASPECTOS ÉTICOS 77

5. RESULTADOS ESPERADOS 77

6.CRONOGRAMA 78

REFERÊNCIAS 78

1. INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é reconhecida como uma importante estratégia para promoção de hábitos alimentares saudáveis. Ao longo dos anos, sua relevância vem sendo destacada nas políticas públicas em alimentação e nutrição, a exemplo da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), lançada em sua primeira versão em 1999, na Estratégia Fome Zero, lançada em 2001, na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), sancionada em 2010, entre outras (BRASIL, 1999; BRASIL, 2001, BRASIL, 2010).

Todavia, ante a sua relevância em destaque, Santos (2012) aponta que há poucas referências sobre o arcabouço teórico, metodológico e operacional, tanto na literatura acadêmica como nos documentos de referência que norteiam as políticas públicas no campo. Nesse contexto, algumas iniciativas vêm sendo adotadas para orientar a prática em ações de EAN, a exemplo do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, lançado no final de 2012, onde constam algumas diretrizes para a realização destas ações (BRASIL, 2012).

Dentre essas políticas, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerado um dos programas mais antigos no país. Implementado em 1955, o PNAE vem sendo reformulado no que se refere aos seus princípios, diretrizes e operacionalização, ao longo das décadas. Em uma das suas reformulações mais recentes, cita-se a Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e instituiu como a segunda diretriz do PNAE.

> "a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional" (P.1).

Em se tratando do contexto escolar, alguns documentos também embasam a realização das ações educativas, a exemplo da Portaria Interministerial nº 1010/2006 que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação básica, o Programa Saúde na Escola (PSE) que inclui entre suas ações, a promoção da alimentação saudável e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em especial o PCN/Saúde que destaca em seu texto o enfoque a alimentação adequada como fator essencial no crescimento e

desenvolvimento dos escolares, abarcando a perspectiva da investigação de hábitos alimentares em diferentes realidades e culturas.

Quanto a EAN, o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas a define, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, como um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Indicando que a prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais. Dessa forma, o marco refere-se de abordagens educacionais que contemple além da ciência da nutrição os aspectos sócios culturais dos indivíduos. Desta maneira reforça a ideia apontada por Freitas et al (2011) de que a alimentação é um ação humana marcada pela natureza e pela cultura e que é preciso essa compreensão para atuar com EAN.

Nessa perspectiva, destaca-se o papel do nutricionista enquanto responsável técnico do PNAE e das ações em EAN. A Lei nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 38/2009 bem como a Resolução FNDE nº 26/2013 definem que o nutricionista deve assumir a coordenação das ações de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Em consonância com a Lei e as Resoluções supracitadas, encontra-se a Resolução CFN n° 465/2010, do Conselho Federal de Nutricionistas, que dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do programa de alimentação escolar, incluindo a de propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar em parceria com a gestão escolar. Ou seja, o nutricionista, além das de outras atribuições, assume também a função de educador.

Nesse sentido, cabe apontar a lacuna que há na formação dos nutricionistas em relação à educação. Canesqui e Garcia (2005) ao pesquisarem sobre o ensino das ciências sociais e humanas,nos cursos de graduação em nutrição, áreas com as quais a educação alimentar nutricional faz interface, observaram a pequena quantidade de horas nos currículos destes cursos destinada às disciplinas deste campo. Sobre a relação entre teoria e prática em educação nutricional, Franco e Boog (2007) destacam que esta relação está estabelecida entre teoria de nutrição e teoria de educação com prática de nutrição em campo, considerando não coerente uma formação educativa em que prática não atrela os dois campos. Faz-se necessário, portanto, um mergulho no campo da educação a fim de pôr em prática também as dimensões educativas do processo.

Pondera-se que o desenvolvimento dessas ações por parte do nutricionista, demanda que o mesmo tenha uma sólida formação pedagógica e a clareza de seu papel de profissional da saúde para, dessa forma, usar o espaço-tempo de sua atividade na escola integrando as duas dimensões (CANINÉ; RIBEIRO, 2007).

Diante do exposto, verifica-se um conjunto de normas e diretrizes que destacam a importância da escola enquanto ambiente promotor de práticas alimentares saudáveis e da EAN como uma estratégia necessária. Destaca-se também a função do nutricionista enquanto profissional articulador para o desenvolvimento dessas ações. Entretanto, é essencial compreender o significado das ações educativas realizadas ou não neste espaço pelos nutricionistas. Espera-se que essas ações sejam capazes de promover a alimentação saudável e adequada, propiciando a autonomia alimentar do indivíduo e que considere o contexto socioeconômico e cultural no qual estes indivíduos estão inseridos. Portanto, ratifica-se a necessidade de compreender as acepções de EAN e como estão sendo desenvolvidas essas ações pelos nutricionistas no âmbito do PNAE.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS

Os desafios da promoção de hábitos alimentares saudáveis na infância têm estimulado o desenvolvimento de estudos de intervenção em educação alimentar e nutricional nas escolas no Brasil (COSTA et al., 2009; CARVALHO et al., 2010; BOOG, 2010; YAKOTA et al., 2010) e também no exterior (HIDELBRAND et al., 2012; CUNNINGHAM-SABO e LOHSE, 2014; LEINES et al. 2014). Compreende-se que a formação das práticas alimentares é influenciada por fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos e que a aquisição dessas práticas ocorre à medida que a criança cresce. A escola tem um importante papel nesse processo, uma vez que se constitui em um ambiente onde as crianças terão acesso a outros alimentos e preparações (DEMINICE, et al., 2007). Dessa forma, é consenso que a escola se apresenta como um ambiente propício para a aplicação de programas de educação alimentar, por ser um local privilegiado para a formação e desenvolvimento crítico dos indivíduos, bem como para a consolidação de identidades culturais alimentares e pedagogicamente construídas (BRASIL, 2006; GAGLIANONE et al., 2006; YOKOTA, et al., 2010; PEREIRA et al., 2011).

Como anteriormente citado, há um aparato normativo no Brasil que estimula o desenvolvimento de ações de EAN nas escolas. Santos (2012) sinaliza que no âmbito das

políticas públicas a escola tem sido um dos espaços mais focados. Como exemplo, tem-se a Portaria Interministerial n°1010/2006, elaborada conjuntamente pelo Ministério da Saúde e da Educação, que atesta o caráter de integralidade que o tema tem assumido nas políticas públicas em alimentação e nutrição. Essa Portaria tem como meta o desenvolvimento de ações que garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar. Ainda define como eixo prioritário ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais (BRASIL, 2006).

Outro marco legal é o Programa de Saúde na Escola instituído pelo Decreto n° 6.286/2007, de responsabilidade dos Ministérios da Educação e da Saúde com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde e, embora mais abrangente no que na tange as suas ações, atesta a importância de incluir a saúde no projeto pedagógico da escola, desenvolvendo ações promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2007). O Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (2012) também se destaca nesse sentido uma vez que define as escolas e creches como campos de prática de EAN (BRASIL, 2012). O Marco considera ainda, a alimentação como uma prática social, resultante da integração das dimensões biológica, sociocultural, ambiental e econômica. Demanda, portanto, uma abordagem integrada que reconheça as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos.

Todo esse arcabouço legal associa-se ao fomento do desenvolvimento de ações em EAN pelo PNAE através de sua inclusão em uma diretriz. Destaca-se que o programa tem como objetivo geral de atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na sala de aula de forma a contribuir para o desenvolvimento, rendimento escolar bem como para promoção de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, destaca-se a proposta de uso de alimentos que respeitem a cultura e os hábitos alimentares de cada região atendida pelo programa e a inclusão da educação nutricional no processo de ensino aprendizagem. Entretanto, diversos estudos que avaliaram a execução do PNAE nas escolas brasileiras constataram a necessidade de uma atuação mais presente das práticas em EAN, os problemas variam desde inadequações na efetividade do programa, cardápios que não respeitam os hábitos locais, baixa aceitação das frutas, verduras e pescados e alto consumo de alimentos industrializados como alternativa a alimentação

oferecida (DANELON et al., 2006). Surge nessas circunstâncias a preocupação com as bases teórico-metodológicas que devem reger as ações educativas em alimentação e nutrição.

Ramos, Santos e Reis (2013) ao analisarem o panorama da publicação científica sobre estudos de intervenção no campo da EAN em escolares desenvolvidos no Brasil, observaram que a maioria dos artigos analisados tomou como referência metodológica os estudos epidemiológicos de intervenção cujo objetivo é avaliar o efeito de um tratamento específico aplicado a uma amostra de sujeitos, sinalizando que em se tratando de estudos no campo da educação tais metodologias apresentam limitações. Identificaram também que apenas três dos treze estudos avaliados fundamentaram o processo educativo reforçando a ideia do hiato existente entre a teoria e a prática. Os autores concluem apontando a necessidade da interface com outras ciências que fundamentam o ato educativo e que podem trazer possibilidades teórico-metodológicas na construção de estudos mais consistentes no campo da saúde, alimentação e nutrição.

No que se refere à promoção da alimentação saudável, Buss (1999) destaca que ao longo da história da saúde do homem, e aproximadamente há duas décadas, a promoção da saúde através de estratégias como a da alimentação e nutrição adequadas tem ganhado importância, abrindo espaço para a discussão desse campo na educação e nas ciências sociais.

Nesse sentido, Freitas et al. (2011) discutem que os estudos da nutrição apresentam uma visão de mundo na lógica das ciências naturais, expressando uma hegemonia do modelo biomédico, o que limita o reconhecimento da alimentação como um ato sociocultural. Percebe-se que, mesmo diante das possibilidades que a educação alimentar e nutricional apresenta como estratégia para a promoção da saúde e para escolhas alimentares críticas, o espaço e os métodos de sua realização não parecem claros (SANTOS, 2005), tornando ainda mais desafiadora a iniciativa em realizar essas ações.

2.2. O NUTRICIONISTA E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS

A alimentação escolar constitui um campo de atuação do nutricionista, sendo o mesmo, responsável técnico do PNAE. Entretanto, ressalta-se que há um descompasso na formação desse profissional, acerca do Programa. Santana e Ruiz (2012) ao analisarem a formação dos nutricionistas que atuam no PNAE no país, observaram que, embora tenham sido abordados os conteúdos referentes ao PNAE na graduação, 79% dos respondentes acreditam que o tratamento dos temas foi insuficiente para a efetiva atuação no programa. Ainda de acordo com estes autores, a formação recebida nos cursos de graduação, com ênfase

no modelo pedagógico tradicional e nos aspectos tecnicistas da atuação do nutricionista, sinaliza entraves para acompanhar a ampliação do seu campo de atuação frente às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, como o PNAE.

Corroborando com tal perspectiva, Mello et al. (2012) ao analisarem o perfil do nutricionista atuante no PNAE na região Nordeste constatou que no âmbito do Programa, o nutricionista assume responsabilidades que fazem interface com outras áreas do conhecimento, destacadamente com a educação e a administração pontuando a necessidade de formação continuada uma vez que os cursos de graduação não têm acompanhado o crescimento do trabalho na área.

Além disso, constataram também que embora seja atividade obrigatória do nutricionista de acordo com a Resolução do CFN nº 465/2010, apenas 33,18% dos nutricionistas entrevistados revelaram realizar frequentemente atividades de educação alimentar e nutricional. Salientou ainda que, no âmbito do programa de alimentação escolar, a assunção de atribuições, além daquelas previstas em lei, pode gerar incompatibilidades com o bom desenvolvimento das ações de nutrição, dessa maneira limitando os resultados visados pelas diretrizes do PNAE.

Nesse contexto, Domene (2008) discute sobre as diversas atribuições do Nutricionista no Programa, a citar-se planejar, organizar, dirigir, supervisionar, avaliar os serviços de alimentação e nutrição, entre outras, incluindo também a realização de ações de educação alimentar e nutricional. Pondera-se nessa questão a realidade atual dos municípios que não oferecem condições operacionais para o desenvolvimento do Programa, condições essas que se apresentam a margem do que se sabe sobre ambientes propícios a promoção de práticas saudáveis de alimentação e que devem ser enfrentados. Trata-se, dessa forma, de um cenário desafiador para um profissional que dispõe de uma estrutura de trabalho limitada. Destaca-se também que essa relação entre uma grande demanda de atividades e atribuições associada à insuficiência de profissionais, favorece para que as ações em EAN sejam postas de forma secundarizada principalmente porque o desafio histórico do programa foi garantir o acesso à alimentação escolar.

A autora sinaliza ainda o hiato que há entre o conhecimento e a prática educativa, concluindo que o cenário atual demonstra que promover educação alimentar e nutricional exige a compreensão de limites como o nível de envolvimento dos alunos, a qualificação do nutricionista, a qualificação do professor e a qualidade da refeição servida na escola. Reforça-se, portanto, que há uma diferença fundamental entre o nutricionista-educador e aquele que acredita no trabalho de educação alimentar ao escrever cartilhas e aplicar a pirâmide de

alimentos, não questionando a relevância de desenvolver material didático de qualidade, mas sim de reduzir o que se espera de educação alimentar e nutricional a isso.

Analisando os objetivos dos estudos de intervenção sobre EAN em escolares Ramos, Santos e Reis (2013) observaram que a maioria destes estudos apresentava como objetivos avaliar uma intervenção em EAN sobre o grupo em estudo. Seja avaliar o efeito ou impacto da ação sobre mudanças no estado nutricional e/ou em conhecimentos em nutrição e nas práticas alimentares dos escolares

Sobre isso Buchanan (2004) ao discutir sobre os tipos de pesquisa e a relação ente teoria e prática em educação nutricional considera que há sérias implicações sobre a forma como nutricionistas identificam os objetivos, os métodos, e os critérios de avaliação no desenvolvimento de programas educacionais bem como sobre como é pensado o relacionamento com as outras pessoas. Para o autor, o modelo científico para tal área de conhecimento não é coerente, pois busca através de seus métodos de pesquisa "modificar" o comportamento humano e suas escolhas alimentares. Dessa forma, considera que o modelo humanista no qual os pesquisadores buscam proporcionar maior clareza e mesmo compreender sobre os valores sociais incorporados em diferentes práticas e em diferentes arranjos institucionais ao invés de testar hipóteses, como o mais apropriado para a situação em questão. E pondera:

> In this model, the quality of nutrition educators' work would be evaluated not by its effectiveness in changing people's behavior but by whether audiences find the dialogue valuable in helping them think about how they want to live their lives and the impact of their eating habits on the pursuit of their life goals (BUCHANAN, 2004, p.147)

Discute-se, nesse sentido, a importância da formação crítica deste profissional, e diversos autoresdebatem sobre a necessidade de uma formação mais aprofundada enquanto educador para desenvolver ações desse tipo (DOMENE, 2008; CANINÉ E RIBEIRO, 2007; SANTANA E RUIZ, 2012). Em se tratando do espaço escolar em específico, Caniné e Ribeiro (2007) sinalizam que essa sólida formação é necessária para que o nutricionista possa em sua atividade na escola integrar as duas dimensões - nutrição e educação - sendo necessário para tal, considerar todo e qualquer espaço-tempo como forma de se abrir à exposição, troca de experiências, crítica e ao ensinamento, à maior proximidade com merendeiros, professores, diretores, estudantes e suas famílias, fortalecendo a socialização dos saberes específicos e construindo novos em interação com estes atores.

Albuquerque et al (2013) ao estudarem os conhecimentos de educadores e nutricionistas sobre EAN no ambiente escolar concluíram que esse conhecimento por vezes divergia. Ora entendiam como uma educação tradicional focada no conhecimento sobre os alimentos visando prevenir doenças e promover saúde, ora como uma educação problematizadora baseada na realidade alimentar dos indivíduos. Tal conclusão, de acordo com os autores, pode estar relacionado à dificuldade em integrar a EAN com as dimensões alimentares, principalmente pelos nutricionistas. Pode ainda estar associada a sua formação baseada no modelo biomédico, sendo necessário para tal que o mesmo compreenda de forma multidimensional e interdisciplinar a alimentação nutrição e educação.

Ao nutricionista enquanto educador cabe, assim, refletir sobre a superação de uma prática apoiada somente neste modelo biomédico. A esse respeito, Boog (2013) exibe que a abordagem multidimensional é uma maneira de olhar para o fenômeno da alimentação de forma a possibilitar um diálogo entre filosofia, técnica e ciência.

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em nutrição, regulamentam a formação, estabelecendo que Instituições de Ensino Superior (IES) formem os profissionais com um perfil generalista, humanista, capaz de dialogar com a sociedade e compreender seu papel social que inclui a dimensão educativa. Nesse sentido, as ações por eles desenvolvidas devem se dirigir à proteção e promoção da saúde, conceitos que ampliam a visão técnica, especializada e curativa da saúde, tradicionalmente incorporada ao perfil dos profissionais desse campo.

Como forma de refletir sobre a formação desse profissional, Freitas (2008) aponta a importância de considerar que, na formação do nutricionista, não estamos preparando-o apenas para o mercado de trabalho, mas antes, para construir a possibilidade de serem pensantes na nutrição, em cada realidade; para tanto, sua criatividade deve ser estimulada.

Todo esse arcabouço teórico aponta para o desafio de desenvolver ações de educação alimentar e nutricional diante do contexto atual, com o destaque de que a promoção da EAN na escola requer reflexão sobre este tema tanto para sua melhor compreensão bem como para o papel dos nutricionistas neste cenário.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral

- ✓ Compreender as acepções que os nutricionistas atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar atribuem à educação alimentar e nutricional em um município brasileiro.

3.2. Específicos

- ✓ Descrever as ações de EAN desenvolvidas nas escolas estudadas.
- ✓ Analisar o lugar que a educação alimentar e nutricional ocupa na prática cotidiana dos nutricionistas do PNAE.

4. METODOLOGIA

4.1. A NATUREZA DO ESTUDO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. Deslauriers e Kérisit (2008) consideram como sendo uma pesquisa que colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o "como" e o "que" dos fenômenos) por meio da precisão dos detalhes e fornecimento de informações contextuais.

Adota-se a pesquisa qualitativa descritivo-exploratória com a proposta de descrever as acepções de educação alimentar e nutricional dos nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar), visando explorar essa compreensão pelos mesmos.

4.2. LOCAL DO ESTUDO E UNIVERSO EMPÍRICO

O estudo será realizado em um município em que a Secretaria de Educação tem uma estrutura que conta com onze coordenadorias regionais de educação (CRE), sendo que cada uma destas são compostas por cerca de vinte e oito a cinquenta escolas. Quanto ao quadro de nutricionistas, o município conta com dezessete profissionais atuantes no Programa, sendo três na administração central, um em cada CRE totalizando onze, um responsável pelas escolas comunitárias e um responsável pela educação infantil.

Optou-se neste estudo por trabalhar com os nutricionistas que atuam diretamente com as escolas, tendo em vista que estes são responsáveis por desenvolver as ações em EAN e por estar a todo tempo em contato com os alunos e com o corpo docente das instituições. Objetiva-se assim, compor o universo empírico com os nutricionistas, que aceitarem o convite para participar da pesquisa. O universo empírico também poderá contar, a depender da necessidade do estudo, com outros sujeitos como informantes-chave a exemplo de

coordenadores, diretores de escolas, profissionais responsáveis por atividades vinculadas ao tema da EAN, a exemplo do Programa de Hortas Escolares, dentre outros.

4.3. TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE DADOS

Como técnica de produção de dados serão utilizadas entrevistas individuais semiestruturadas com os nutricionistas, associadas à observação participante, além da análise documental.

As entrevistas na pesquisa qualitativa segundo Poupart (2008) permite a análise das realidades sociais segundo a perspectiva destes atores, abre possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas por eles e pode ser considerado um instrumento privilegiado de acesso às experiências destes atores.

O autor aponta ainda a possibilidade da compreensão detalhada das atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. Considera-se ainda um dos melhores meios para apreender o sentido que os atores dão às suas condutas (os comportamentos não falam por si mesmos), a maneira como eles representam o mundo e como eles vivem sua situação, assim, os atores são vistos como aqueles em melhor posição para falar disso (POUPART, 2008).

Deste modo, serão entrevistados os nutricionistas atuantes no PNAE, buscando-se investigar como e de que modo estes concebem a EAN, se e/ou como desenvolve seu planejamento e como realiza suas práticas na escola, envolvendo desde sua concepção metodológica a sua prática. Trata-se de uma entrevista com um único entrevistado ou entrevista em profundidade conforme definida por Gaskell (2008), cujo objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

As entrevistas serão orientadas por um roteiro (apêndice A) que será reestruturado a partir de aspectos emergentes da observação participante e do desenvolvimento de um piloto com vistas ao desvelamento das acepções dos nutricionistas quanto à realização de EAN nas escolas. Tais entrevistas serão realizadas individualmente com esses profissionais, com sua devida anuência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em atendimento à Resolução CNS nº 466/2012. Serão gravadas com equipamento portátil, para serem posteriormente transcritas e analisadas.

A observação participante é aquela feita pelo pesquisador, no ambiente em que as relações humanas ocorrem, e deve ser realizada, de acordo com Jaccoud e Mayer (2008), pessoalmente e de maneira prolongada, quanto a situações e comportamento que lhes

interessa, possibilitando descrevê-los e compreendê-los. Recorrer-se-á à observação participante a fim de descrever como e se são desenvolvidas as ações em EAN pelos nutricionistas do PNAE.

O lócus em que se dará a observação participante será nos espaços em que as atividades de EAN são realizadas, o que inclui o planejamento das ações, a seleção das escolas e/ou de outros espaços para realização destas, bem como durante o desenvolvimento das atividades per si. Buscar-se-á a descrição dos fatos materiais e materializados, para apreender as significações que os atores sociais atribuem aos seus atos (JACCOUD E MAYER, 2008).

Assim, a observação participante orientada por um roteiro de observação (ANEXO B) e os aspectos observados serão registrados em diários de campo em todas as visitas. Estima-se um período de três meses, com frequência de dois dias por semana a serem dedicados à observação.

O levantamento das ações de EAN que são desenvolvidas nas escolas serão realizadas junto à coordenação do Programa no município e a seleção das escolas será feita através da indicação dos nutricionistas considerando aquelas que possuem projetos em EAN em andamento.

4.4. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados de acordo com Gaskell (2008) tem como objetivo procurar sentidos e compreensão. Assim, os dados produzidos a partir das entrevistas e da observação participante serão categorizados e interpretados.

Considerando que o processo de análise é composto por algumas etapas, Laperrière (2008) e Caprara e Veras (2005) apontam alguns elementos importantes que é necessário atentar durante todo procedimento. A seguir elencam-se alguns momentos de como será esse processo:

- Inicialmente as entrevistas serão transcritas de modo completo, incluindo todas as palavras faladas de forma que a entrevista seja retomada na íntegra;

- Em seguida será realizada uma leitura flutuante para entender o conteúdo nas suas linhas gerais e identificação de alguns temas principais;

- Os dados (entrevistas e diários de campo) serão organizados em forma de matriz contendo os objetivos da pesquisa, as falas dos entrevistados e acréscimo de notas e interpretação preliminares;

- Será realizada então uma codificação aberta e exaustiva, com o objetivo de fazer emergir dos dados empíricos (observação participante e entrevistas individuais) o maior número possível de conceitos e categorias;

- Num segundo momento serão exploradas as dimensões dos conceitos abordados;

- A codificação dos dados será continuamente acompanhada de uma reflexão teórica e cada novo conceito será comparado às categorias já formadas levando ao aprimoramento destas, até que nenhum novo dado "surja" – e assim considerar-se-á que a saturação foi atingida;

- Ao final buscar-se-á uma integração entre as categorias de análise visando o centro e a apreensão do fenômeno em estudo que é a compreensão dos nutricionistas atuantes no PNAE acerca da educação alimentar e nutricional.

Durante todo processo de análise se buscará compreender a perspectiva dos atores sociais, de sua visão de mundo.

4.5. ASPECTOS ÉTICOS

Este projeto encontra-se de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), e foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia com o parecer nº. 661.041 em 26/05/2014.

Todos os participantes desta pesquisa serão convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), podendo estes, desistirem do estudo em qualquer etapa, caso lhes sejam conveniente. Garantir-se-á absoluto sigilo sobre as informações a serem recebidas, assegurando que não ocorram danos morais aos participantes.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que tal projeto permita caracterizar as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas no município em estudo no âmbito do PNAE. Após a conclusão do projeto, prevê-se a apresentação e discussão dos resultados com os setores participantes com possível desenvolvimento de uma intervenção na área de EAN a ser combinada entre as partes. Pretende-se também socializar os resultados através da publicação de artigos científicos.

6. CRONOGRAMA

Plano de trabalho	2013		2014												2015	
	1ºsemestre	2ºsemestre	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F
Revisão de literatura																
Delineamento do projeto de pesquisa																
Qualificação																
Submissão ao Comitê de Ética																
Coleta de dados																
Tratamento e organização dos dados																
Análise dos dados																
Elaboração do artigo 1																
Elaboração do artigo 2																
Defesa																

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. G.; PONTES, C. M.; OSÓRIO, M. M. Knowledge of educators and dieticians on food and nutrition education in the school environment.**Rev. Nutr.**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 291-300, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rn/v26n3/04.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2015.

BOOG, M. C. F. **Educação em Nutrição**: integrando experiências. Campinas, SP: Komedi, 2013.

BOOG, M. C. F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. **Rev. Nutr**., Campinas, v. 23, n.6, p. 1005-1017, 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rn/v23n6/07.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.5 de 07.11.01. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 465 de 25 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 25 ago. 2010. Seção 1, p. 118-119.

BRASIL. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 dez. 2007.

BRASIL. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, maio 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012.Aprovar diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, n. 12, p. 59, dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **FNDElegis,** Brasília, DF, jul. 2009. Disponível em:<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000038&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC> Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **FNDElegis,** Brasília, DF, jun. 2013. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 10 mar. 2015

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional/publicacoes/marco_EAN_visualizacao_semlogo.pdf.pagespeed.ce.jSG4u-W3_E.pdf > Acesso: 10 mar. 2015.

BUCHANAN, D.Two Models for Defining the Relationship between Theory and Practice in Nutrition Education: Is the Scientific Method Meeting Our Needs?**Journal of Nutrition Education and Behavior**, [Amsterdã], v. 36, n. 3, p.146-154, 2004.Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15202991>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 177-185, 1999. Suplemento. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/csp/v15s2/1299.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2015.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA Rosa Wanda Diez. Ciências sociais e humanas nos cursos de nutrição. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA Rosa Wanda Diez (Org.). **Antropologia e nutrição:** um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 255-74. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10_01.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CANINÉ, Emília Santos; RIBEIRO, Victoria Maria Brant. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 13, n. 1, p. 47-70, 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n1/v13n1a04.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CAPRARA, Andrea; VERAS, Maria do Socorro Castro e. Hermenêutica e narrativa: a experiência de mães de crianças com epidermólisebolhosa congênita. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.9, n.16, p.131-46, 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a11.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CARVALHO, Adriana Palhares de; OLIVEIRA, VerenaBartkowiakde; SANTOS, Luana Caroline dos. Hábitos alimentares e práticas de educação nutricional: atenção a crianças de uma escola municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Pediatria**, São Paulo, v. 32, n.1, p. 20-27, 2010. Disponível em:< http://www.pediatriasaopaulo.usp.br/upload/pdf/1326.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

COSTA, A. G. M.; GONÇALVES, A. R.; SUART, D. A.; SUDA, G.; PIERNAS, P.; LOURENA, L. R.; CORNACINI, M. C. M. Avaliação da influência da educação nutricional no hábito alimentar de Crianças. **Rev. Inst. Ciênc. Saúde**, [São Paulo], v. 27, n.3, p. 237-243, 2009. Disponível em:<http://files.bvs.br/upload/S/0104-1894/2009/v27n3/a009.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CUNNINGHAM-SABO, L.; LOHSE, B. Impact of a School-Based Cooking Curriculum for Fourth-Grade Students on Attitudes and Behaviors Is Influenced by Gender and Prior Cooking Experience. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, [Amsterdã], v.46, n. 2, p. 110-120, 2014.Disponível em:<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24268970>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DANELON, Maria Angélica Schievano; DANELON, Mariana Schievano; SILVA, Marina Vieira da.Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas.**Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 85-94, 2006. Disponível em:<http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/alimentacao_no_ambiente_escolar.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DEMINICE, R.; LAUS, M. F.; MARINS, T. M.; SILVEIRA, S. D. O.; DUTRA-DE-OLIVEIRA, J. E. Impacto de um programa de educação alimentar sobre conhecimentos, práticas alimentares e estado nutricional de escolares. **Alimentos e Nutrição Araraquara**,Araraquara, v.18, n.1, p. 35-40, 2007. Disponível em:<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/view/130/141>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DESLAURIERS, J-P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Maria Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-211.

DOMENE, Semíramis Martins Álvares. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **PSICOLOGIA USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 505-517, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v19n4/v19n4a09.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FRANCO, Ana Carolina; BOOG, Maria Cristina Faber. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Rev. Nutr**., Campinas, v. 20, n. 6, p. 643-655, 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rn/v20n6/a07v20n6.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.
FREITAS, Maria do Carmo Soares de. Educação nutricional e alimentar: algumas considerações sobre o discurso. In: FONTES, Gardênia Abreu Vieira; FREITAS, Maria do Carmo Soares de; OLIVEIRA, Nilce de. **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 306-311.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FONTES, Gardência Vieira. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas**. Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 31-38, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n1/v16n1a08.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2015.

GAGLIANONE, Cristina Pereira et al. Educação nutricional no ensino público fundamental em São Paulo, Brasil: projeto Redução dos Riscos de Adoecer e Morrer na Maturidade. **Rev Nutr**., Campinas, v. 19, n. 3, p. 309-320, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v19n3/30136.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BAUER, Martin W; GASKELL, George.Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 516 p.

HILDEBRAND, Deana. A.; JACOB, Theresa.; GARRARD-FOSTER, Debra. Food and Fun for Everyone: A Community Nutrition Education Program for Third- and Fourth-Grade Students Suitable for School Wellness Programs. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, [Amsterdã], v. 44. n. 1, p. 93-95, 2012. Disponível em: <http://www.jneb.org/article/S1499-4046(11)00259-4/abstract>. Acesso em: 10 mar. 2015.

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Projeto Fome Zero:** uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001. Disponível em:<http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/011017/doc_sintese.pdf>. Acesso em 10 mar. 2015.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Maria Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 254-4294.

LAPERRIÈRE, A. A teorização enraizada (*groundedtheory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Maria Nasser.Petrópolis: Vozes, 2008. p. 353-385.

LEINES, DeeAnn; GOLD, Abby; OFFELEN, Sara Van.Go Wild with Fruits & Veggies! Curriculum Encourages Children to Eat More Fruits and Vegetables. **Journal of Nutrition Education and Behavior,** [Amsterdã], v.46, n.1, p. 82-84, 2014. Disponível em:<http://www.jneb.org/article/S1499-4046(13)00141-3/abstract >. Acesso em: 10 mar. 2015.

MELLO, Adriana Lima et al. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Rev. Nutr**., Campinas, v. 25, n. 1, p.119-132, 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rn/v25n1/a11v25n1.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2015.

PEREIRA, Patrícia Rocha; SCAGLIUSI, Fernanda Baeza; BATISTA, Sylvia Helena da Silva. Educação nutricional nas escolas: uma revisão. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr**., São Paulo, v. 36, n.3, p. 109-129, 2011. Disponível em:<http://www.revistanutrire.org.br/files/v36n3/v36n3a09.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

POUPART, Jean. entrevista de tipo qualitativa: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Maria Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.p. 215-252.

RAMOS, Pascoal Ramos; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. Disponível em:<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v29n11/03.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2015.

SANTANA, Thais Cristina Mantovan; RUIZ-MORENO, Lidia. Formação do nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr**., São Paulo, v. 37, n. 2, p. 183-198, 2012. Disponível em:<http://www.revistanutrire.org.br/files/v37n2/v37n2a07.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev Nutr.,** Campinas**,** v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n5/a11v18n5.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2015.

SANTOS, Amparo da Silva Santos. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciênc Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 453-462, 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n2/a18v17n2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

YOKOTA, Renata Tiene de Carvalho et al. Projeto "a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis": comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Rev. Nutr**.,Campinas, v. 23, n.1, p. 37-47, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rn/v23n1/a05v23n1.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2015.

ANEXOS